



R

RADIS

Nº268 JAN 2025



BRASIL, PAÍS ACOLHEDOR?

Conferência debate reconhecimento dos
direitos de migrantes e refugiados no país



SÍMBOLO NACIONAL | "O Zé Gotinha voltou", entoaram participantes da 2ª Comigrar em Brasília. O símbolo do Movimento Nacional pela Vacinação foi o grande destaque do estande do Ministério da Saúde durante a Conferência Nacional de Migrantes, Refugiados e Apátridas, que aconteceu entre 8 e 10 de novembro. Houve fila para garantir um registro do personagem, criado nos anos 80 para incentivar a vacinação infantil. O repórter Jesuan Xavier aproveitou um momento de intervalo para registrar uma foto com o personagem de quem a equipe de *Radis* também é fã.

ACERVO PESSOAL

RADIS

edição 268 ■ jan 2025

CAPA: FAMÍLIA DE MIGRANTES INDÍGENAS VENEZUELANOS DA ETNIA WARAO ESPERAVA EM ABRIGO DESATIVADO PELA OPERAÇÃO ACOLHIDA, EM BOA VISTA - RR.
FOTO: ROVENA ROSA / AGÊNCIA BRASIL



- EDITORIAL
- 3** Terra estrangeira
- 4** VOZ DO LEITOR
- 5** SÚMULA
- CAPA | COMIGRAR
- 10** Migrantes clamam por direitos
- 18** Bem acompanhadas
- DIREITOS AMBIENTAIS
- 20** Quem mais sofre com as mudanças climáticas?

- 26** Boletim revela iniquidades provocadas pelo racismo ambiental
- DIREITOS HUMANOS
- 28** O legado de João Roberto Ripper
- E-SAÚDE
- 30** APS Digital
- 34** SERVIÇO
- PÓS-TUDO
- 35** 5 olhares sobre o filme Ainda Estou Aqui

Terra estrangeira

Desde o período colonial até os dias atuais, o Brasil tem recebido e enviado migrantes, que marcaram sua história, com influência na economia, na cultura, na demografia e na sociedade.

A busca por melhores condições de vida e a fuga da pobreza extrema, de desastres ambientais, conflitos armados em suas terras natais e perseguições políticas são fatores que na última década provocaram uma grande onda migratória, que dobrou o número de imigrantes. Boa parte não vem como antes da Europa, mas de países da América Latina e África.

Na Era Vargas, a política migratória restritiva oficial escancarou o racismo e a xenofobia, acabando com a concessão de vistos a judeus, ciganos, negros e japoneses. Felizmente, a Constituição de 1988 reparou essa aberração e garantiu direitos sem “discriminação de nacionalidade e condição migratória”.

A partir daí algumas leis e portarias surgiram, como mostra *Radis* nesta edição, que se somam à ideia de que aqui vive um povo hospitaleiro, quando na verdade persiste a segregação racial e a desigualdade.

Chegar em qualquer país como migrante é desafiador pela grande mudança que isso acarreta, em muitos casos com o afastamento da família, a perda de status, a separação da terra natal, a dificuldade com o idioma e a interrupção do contato com o grupo ao qual pertencia e seus modos de vida.

Radis inicia o ano trazendo a discussão sobre esse fenômeno de muitas faces e complexidades. O repórter Jesuan Xavier acompanhou as discussões da 2ª Conferência Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia (Comigrar), que discutiu os problemas de quem atravessa fronteiras na busca dos direitos mais fundamentais, e não quer ser tratado como se estivesse furando o sistema e roubando os privilégios alheios.

As várias falas que surgiram na Conferência deixam claro que o objetivo maior do movimento de migrantes e refugiados é de que a eles não sejam negadas as oportunidades de trabalhar, avançar e prosperar, o acesso a serviços básicos, a proteção e o direito de amar e viver, como querem para si todos os que aqui vivem.

O Brasil precisa tirar do papel as políticas eficazes que devem equilibrar direitos humanos, integração, inclusão e cooperação

social. É necessário enxergar a xenofobia presente no século XXI e fazer valer a Constituição.

Nosso repórter Adriano De Lavor foi até Manaus conhecer a sede da Acompanhadas, organização social criada pela imigrante venezuelana que fez de suas dificuldades encontradas no Brasil um motivo maior para ajudar outras mulheres. A hoje empreendedora social destaca a importância da saúde e da documentação como pontos fundamentais para habilitar o migrante ao trabalho.

Lis, como é chamada, foi eleita delegada da Comigrar, elogia o Sistema Único de Saúde (SUS) e conta que a assistência à saúde motivou sua migração para o Brasil. Uma mulher que migrou em busca de assistência para seus filhos, ela é hoje uma empreendedora que acolhe pessoas de todas as nacionalidades, inclusive brasileiros, em seus processos de adaptação e neces-

sidades básicas. Como bem disse Pannela Castro (renomada pintora contemporânea): “Quando uma mulher é autora, ela caminha por outros propósitos e espaços”.

A frase proferida por Pannela citada acima também pode se aplicar à atriz Fernanda Torres, que acaba de

"O Brasil precisa tirar do papel as políticas eficazes que devem equilibrar direitos humanos, integração, inclusão e cooperação social."

ganhar o Globo de Ouro. O Brasil torceu e vibrou como se estivesse assistindo à Copa do Mundo. E foi ótimo começar o ano com essa premiação. O filme “Ainda estou aqui”, dirigido por Walter Salles, resgata um pedaço da vida de Eunice Paiva e sua família, com a luta pelo esclarecimento do assassinato de seu marido, morto pela ditadura cruel que dirigiu o Brasil por 21 anos.

O reconhecimento chegou em boa hora, pois alerta principalmente para os que não viveram esse tempo, de anos covardes e duros, sobre os riscos de um regime totalitário. “Ainda estou aqui” é um filme político, comprometido com a história, a resistência e a busca da verdade sem ser panfletário. É só uma página de um diário que parece ter sido rasgado e esquecido por muitos que viveram os anos de chumbo.

Ganhou Fernanda, ganhou o cinema nacional, ganhou a arte e ganhou a memória de muitos brasileiros.

Boa leitura e bom 2025 para todos leitores e leitoras de *Radis*!

■ JUSTA HELENA FRANCO, SUBCOORDENADORA DO PROGRAMA RADIS

OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo
E-mail radis.ensp@fiocruz.br Tel. (21) 3882-9026 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361

ESPECIAL RADIS E OS 30 ANOS DA SAÚDE DA FAMÍLIA

Excelente edição! Parabéns e obrigada por fortalecer a atenção primária à saúde!

Renata Barros, via Instagram

Não existe SUS sem APS/SF! A única res-salva é para que a gestão possa enxergar a necessidade de maior investimento neste nível de atenção, para que nossos usuários não precisem chegar ao nível secundário ou terciário. Parabéns, *Radis*, pela temática!

Igor Almeida, via Instagram

Parabéns, *Radis*! Excelente reportagem! A Estratégia Saúde da Família é um tesou-ro da população brasileira.

Maria Inez Padula Anderson, via Instagram

Sou ACS desde 1999. Primeiro programa implantado aqui em Birigui (SP). Graças ao SUS, muitas coisas mudaram. Parabéns, SUS, meu campo de trabalho!

Soninha Batista, via Instagram

Eu tenho orgulho de fazer parte dessa história, sou agente comunitário de saúde com muita honra, há 34 anos. Viva o SUS! Viva quem criou o Programa Agente Comunitário de Saúde!

Antonia da Costa, via Instagram

A equipe de saúde da família estabelece um vínculo com a população. É o que possibilita responsabilidade e compromisso dos profissionais com a comunidade e o usuário.

Ana Lucia Oliveira, via Instagram

Faço parte da eMulti [Equipes multiprofissionais na atenção primária] de um município na Baixada Fluminense e fico muito realizada em ver o avanço do SUS em territórios antes esquecidos!

Tatiane Nunes, via Instagram

Sou enfermeira e trabalhei 13 anos na Estratégia da Saúde da Família, em Salvador, no subúrbio e cresci muito como ser humano e profissional.

Eudilma Neves Magalhães, via Instagram

Esperando receber essa revista em casa ansiosa!

Dani Acosta, via Instagram



Sou enfermeira e trabalhei 13 anos na Estratégia da Saúde da Família, em Salvador, no subúrbio e cresci muito como ser humano e profissional.

Eudilma Neves Magalhães, via Instagram

A enfermagem de família e comunidade brasileira é uma potência, exemplo para o mundo! Orgulho de ser dessa especialidade!

Marina Ribeiro, via Instagram

Que orgulho! Meu respeito a todos os colegas da enfermagem de família e comunidade (EFC), que desempenham um papel tão extraordinário na APS, sempre buscando fazer o melhor na ESF desse Brasil! Parabéns à Abefaco [Associação Brasileira de Enfermagem de Família e Comunidade] pelo importante trabalho que realiza pela EFC. E viva a ESF!

Vanessa Cristina de Oliveira, via site

A história do SUS e sua importância só sabe quando você estuda nos mínimos detalhes. São anos de lutas e embates.

Ellen Wedja, via Instagram

Atuei desde o início da criação do PACS [Programa de Agentes Comunitários de Saúde]; dos processos seletivos, da luta para saírem dos contratos precários, da parceria com a Pastoral da Saúde... Passa um filme na minha cabeça. Os coletes eram azuis e ganhavam bicicletas. As fichas de acompanhamento manual. Foi uma época difícil, mas muito boa.

Eleuza Martinelli, via Instagram

EXPEDIENTE

RADIS © é uma publicação impressa e digital da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa *Radis* de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

FIOCRUZ

Mario Moreira
Presidente

ENSP

Marco Menezes
Diretor

PROGRAMA RADIS

Rogério Lannes Rocha
Coordenador e editor-chefe

Justa Helena Franco
Subcoordenadora

REDAÇÃO

Luiz Felipe Stevanim
Editor

Glauber Tiburtino
Subeditor

Reportagem
Adriano De Lavor,
Jesuan Xavier e Lara Souza

Estágio Supervisionado
Izabelly Nunes

Arte
Eduardo de Oliveira, Felipe Plauska e Fernanda Andrade

ADMINISTRAÇÃO

Fábio Lucas
Carolina Ferreira
Ingridi Maia da Silva

DOCUMENTAÇÃO

Licia Oliveira (Projeto Memória Radis 40+ e Radis Aberto)

ASSINATURAS

Assinatura grátis
(sujeita a ampliação)
Periodicidade mensal Impressão
Gráfica RJ Offset
Tiragem 114.000 exemplares

USO DA INFORMAÇÃO

Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.





Prêmio de Fernanda Torres reafirma defesa da democracia

A conquista inédita do Globo de Ouro de melhor atriz em drama para Fernanda Torres, desbancando estrelas como Angelina Jolie e Nicole Kidman, vai além do reconhecimento do talento da atriz e da qualidade do cinema nacional. Conquistado três dias antes de 8 de janeiro, data que marca a tentativa de golpe de Estado, em 2023 — quando manifestantes invadiram a sede dos Três Poderes — o prêmio também celebra a resiliência de Eunice Paiva (esposa de Rubens Paiva, perseguido e morto pelo regime militar) e reafirma a memória sombria dos anos de ditadura no Brasil.

“A história contada por Salles e interpretada por Fernanda e Selton Mello mostra como a ditadura brasileira despedaçou famílias, para muito além da censura, da opressão e da supressão do direito de escolha”, avaliou Pedro Duran, no site da CNN Brasil (6/1). O crítico lembrou que a popularização do filme Ainda Estou Aqui aconteceu ao mesmo tempo em que avançam as investigações e operações da Polícia Federal “para desvendar uma suposta trama golpista que teria o objetivo de instaurar um gabinete militar no comando do Brasil”.

O presidente Lula enalteceu a vitória da atriz brasileira: “Emocionante. Fernanda Torres é orgulho do Brasil”, disse, em uma rede social (6/1). A repercussão do Globo de Ouro também se fez ouvir no Senado Federal. “O merecido reconhecimento da atriz Fernanda Torres como melhor atriz de drama na premiação do Globo de Ouro 2025 é mais do que um prêmio ao cinema nacional. Às vésperas do ainda recente 8 de janeiro, a consagração de uma atuação que retrata uma das histórias mais emblemáticas da ditadura militar brasileira eleva nossa voz e reforça que a democracia é o único caminho possível”, declarou a senadora Leila Barros (PT-DF) à Agência Senado (6/1).

O senador Fabiano Contarato (PT-ES) também destacou que esse é “um reconhecimento merecido para uma atriz incrível e também para uma obra que resgata a memória da nossa história, abordando com coragem e sensibilidade as cicatrizes deixadas pela ditadura no Brasil. Esse prêmio é um símbolo poderoso de que o cinema tem a capacidade de dar voz ao passado para inspirar um futuro mais justo. Viva o cinema brasileiro e sua força em emocionar o mundo!”.

Braga Netto é preso preventivamente

Investigado nas apurações da trama golpista que objetivava impedir o presidente Lula de assumir o cargo após as eleições de 2022, o general Walter Braga Netto, ex-ministro do governo Bolsonaro e candidato a vice-presidente em sua chapa, foi preso preventivamente pela Polícia Federal, no dia 14/12, após mandados expedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O militar, suspeito de tentar obter dados da delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante

de ordens de Bolsonaro, é o primeiro general de quatro estrelas preso na história do Brasil.

A prisão preventiva é uma medida cautelar que visa assegurar o andamento regular das apurações. Braga Netto está detido na Vila Militar, Zona Oeste do Rio de Janeiro, no que a lei chama de “sala de Estado-Maior”, uma acomodação individual com benefícios bastante distintos do restante da população carcerária do país, como informou a CNN (17/12).

Avanços para pessoas trans no SUS

O Ministério da Saúde (MS) ampliou os serviços voltados para a população trans no SUS. Anteriormente, o número era de apenas 22 e agora passa a ser 194, com redução da idade mínima para realização de procedimentos cirúrgicos, como a mastectomia, de 21 para 18 anos. Já o uso de hormônios, até então restrito a pessoas maiores de idade, passa a ser permitido para adolescentes a partir de 16 anos, com autorização dos pais.

O Programa de Atenção Especializada à Saúde da População Trans (Paes Pop Trans) prevê investimentos de quase R\$ 443 milhões até 2028. A iniciativa também aumenta o número total de procedimentos na tabela do SUS e propõe a criação de linhas de cuidado para crianças e adolescentes transgêneros, como tratamentos com bloqueadores hormonais.

Projeto Transgesta faz primeiro parto na rede pública

Por falar em avanços para a população trans, a Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) realizou o primeiro acompanhamento gestacional e parto humanizado registrado de uma pessoa trans pelo SUS. Lucas Bernardo Alves, 27, um homem trans, recebeu cuidado assistencial, respeitando

a identidade de gênero e as peculiaridades do seu corpo. O acesso se deu pelo Programa Transgesta, da mesma instituição, que acolhe e faz o pré-natal especializado para pessoas que se reconheçam e se declarem como transexuais, travestis, transgêneras, intersexo e outras denominações.

Pessoas LGBTQIA+ e comunidades tradicionais

Outro programa lançado pelo governo federal foi o Bem Viver+ com o objetivo de enfrentar a violência e promover os direitos das pessoas LGBTQIA+ de áreas rurais e comunidades tradicionais. A portaria foi assinada no dia 11/12 pelos ministérios dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), dos Povos Indígenas (MPI) e da Igualdade Racial (MIR).

O Bem Viver+ nasce com a perspectiva de que o enfrentamento à violência contra esta comunidade seja feita respeitando os modos de vida e costumes de pessoas LGBTQIA+ camponeses, agricultores familiares, assentados, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e ciganos que vivem em situações de violência de direitos humanos devido a sua identidade de gênero e orientação sexual.



Morte na espera por atendimento

O garçom e artesão José Augusto Mota Silva morreu na noite de 13/12, aos 32 anos, enquanto aguardava atendimento médico de emergência em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), na Cidade de Deus, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Testemunhas relatam que o homem chegou ao local caminhando, mas queixando-se de fortes dores, e morreu sentado em uma cadeira na sala de espera da unidade. Profissionais da UPA relataram às autoridades que tudo aconteceu de forma muito rápida e que após o paciente ter sido levado à Sala Vermelha, foi constatada a parada cardiorrespiratória. O laudo da necrópsia apontará a causa da morte.

No dia 16/12, o secretário municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Daniel Soranz, anunciou a demissão de toda a equipe de profissionais que atuavam naquele plantão, totalizando 20 pessoas. O secretário alegou ser inadmissível a não identificação imediata da gravidade do caso e afirmou ainda que a responsabilidade pela atenção dos pacientes é compartilhada por toda a equipe de atendimento. A Polícia Civil e a Prefeitura do Rio investigam o caso. Órgãos como o Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (Cremerj) e a Assembleia Legislativa (Alerj) também apuram responsabilidades em busca de respostas e para evitar novas falhas dessa gravidade.

Plataforma digital para controle de obesidade

O Ministério da Saúde disponibilizou (11/12) uma nova ferramenta que reúne informações detalhadas sobre obesidade e seus fatores de risco e proteção. O painel permite explorar dados sobre excesso de peso, série histórica de percentuais por sexo, faixa etária e escolaridade, além de conter indicadores regionais e municipais, e deve ser um importante aliado no enfrentamento a uma das principais causas de doenças crônicas no país. Acesse a plataforma em: <https://bit.ly/paineldaobesidade>.

Assassinato de CEO expõe falta de acesso à saúde nos Estados Unidos

No início de dezembro de 2024, o assassinato de Brian Thompson, CEO de uma das maiores seguradoras de saúde dos Estados Unidos, foi pauta de discussões, especulações e memes — que levantaram questões importantes sobre as relações entre comunicação e saúde, como exposição midiática e acesso à saúde pública. O executivo, morto a tiros em frente a um hotel em Nova Iorque (4/12), era responsável pela divisão de seguros da UnitedHealth Group Inc. — negócio que oferece cobertura de saúde para mais de 49 milhões de norte-americanos e que gerou receita de US\$ 74 bilhões (R\$ 446 bilhões) no último trimestre de 2024.

De acordo com o G1 (4/12), a empresa gerenciada por Brian é a maior fornecedora de planos para a versão privada do programa de saúde Medicare, do governo dos Estados Unidos, voltado para pessoas com 65 anos ou mais. O grupo é um dos maiores do mundo em receita e tem negócios em vários países, inclusive no Brasil. A UnitedHealth foi dona da operadora de planos de saúde Amil até 2023.

A repercussão do crime, no entanto, tomou grandes proporções quando se chegou ao perfil do suspeito de ter cometido o assassinato. “Melhor aluno da turma, surfista e sem inimigos”, apresentou a BBC Brasil (10/12). Sem antecedentes criminais, Luigi Mangioni é de família rica e influente, estudou em escolas de renome e se formou em ciência da computação na Universidade da Pensilvânia. Especula-se que o crime teria sido motivado por um “ressentimento” de Luigi em relação à UnitedHealth.

A discussão viralizou, ora pelas tentativas de construir uma imagem de Luigi como anti-herói, ora por colocar em debate o acesso à saúde nos Estados Unidos. “Assassino de CEO virou ‘símbolo contra a desigualdade’”, disse Ioana Literat, professora de comunicações e mídia da Universidade de Columbia ao site Uol (23/12). “Memes, hashtags e discussões o humanizaram ou o glorificaram em alguns círculos, retratando-o como um vigilante contra a ganância corporativa. Essas narrativas simplificadas geralmente ignoram as complexidades morais e éticas de suas ações, mas ressoam emocionalmente com os usuários, especialmente em espaços onde as frustrações com a saúde são frequentemente expostas”, avalia a pesquisadora.



Margareth Dalcolmo é destaque na revista The Lancet

Pneumologista e pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), Margareth Dalcolmo foi reconhecida e destacada pela revista científica internacional The Lancet Respiratory Medicine. O artigo em questão, intitulado “Margareth Dalcolmo: especialista em tuberculose e a ‘cara da covid-19’ no Brasil”, retrata sua trajetória como médica e destaca seu papel fundamental no enfrentamento da pandemia, tornando-se uma figura emblemática da luta contra o coronavírus no país.

O texto enfatiza a carreira brilhante de Margareth, abrangendo sua atuação na Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), seu trabalho como pneumologista na Ensp/Fiocruz e sua participação no comitê nacional de tuberculose, onde continua até hoje. A revista também menciona sua colaboração com a Organização Mundial da Saúde (OMS) no grupo de Medicamentos Essenciais, a publicação de seu livro “Um tempo para não esquecer”, que recebeu o Prêmio Jabuti, e sua recente eleição para a Academia Nacional de Medicina (ANM), reconhecendo suas contribuições excepcionais à medicina e à saúde pública. Leia o artigo em <https://bit.ly/dalcolmonalancet>.

Mais Médicos em 2024

Em 2024, o programa Mais Médicos incorporou 6.729 novos profissionais em mais de dois mil municípios, em um esforço do governo federal para ampliar a atenção primária à saúde no Brasil. O objetivo do programa tem sido levar médicos para locais afastados dos grandes centros e para as periferias das cidades, priorizando as áreas com maior vulnerabilidade social, onde cerca de 60% dos profissionais trabalham atualmente.



Rússia e a expectativa da vacina contra o câncer

O governo russo anunciou, em dezembro de 2024, que disponibilizará ainda em 2025 uma vacina terapêutica contra o câncer à sua população. Segundo autoridades sanitárias do país, duas linhas de vacinas oncológicas estão sendo desenvolvidas. Uma delas é personalizada e utiliza tecnologia de RNA mensageiro (mRNA), para realizar uma análise genética do tumor de cada paciente e induzir o sistema imunológico a reconhecer e combater as células cancerígenas. O outro imunizante é a Enteromix, formulada a partir de uma combinação de quatro vírus não-patogênicos que têm a habilidade de destruir células malignas e ativar a imunidade de pacientes contra um tumor, segundo informações da Agência Brasil (18/12).

Embora métodos mais eficazes de combate ao câncer sejam aguardados com grande expectativa em todo o mundo, a falta de transparência no processo e a ausência de dados que comprovem o real status desses estudos e efeitos das vacinas causam ressalvas e são destacadas na cobertura do jornal O Globo (18/12). O Brasil de Fato (18/12) ressaltou que pacientes com tumores sólidos confirmados, entre 18 e 75 anos, que já foram submetidos a tratamento e esgotaram todos os métodos disponíveis estão sendo convidados para possíveis testes clínicos.



Mais pessoas usam cannabis medicinal

A cannabis medicinal se integra à rotina de tratamento de milhares de pacientes a cada dia no Brasil. De acordo com dados divulgados pela Kaya Mind (26/11), empresa especializada em dados e inteligência de mercado, o país chegou em 2024 à marca de 672 mil pessoas que recorrem ou recorreram a pelo menos um produto feito por esta composição — número 56% superior ao registrado em 2023.

“A expansão da cannabis medicinal é visível no Brasil, não apenas em números, mas na forma como a medicina integra essas opções de tratamento à rotina dos pacientes em todo o país”, disse Maria Eugenia Riscala, CEO da empresa Kaya, em entrevista à Agência Brasil (27/11).

Atualmente, os efeitos positivos do canabidiol (CBD) já foram comprovados no tratamento de esclerose múltipla, epilepsia, autismo, doença de Parkinson, fibromialgia, dor crônica, entre outros. Apesar do crescimento na utilização, os pacientes ainda encontram dificuldades relativas à compra e legalização dos produtos. Quase metade dos pacientes medicinais (47%) dependem da importação mediante prescrição médica. O restante recorre a farmácias (31%) e associações (22%).

Vacina contra a dengue em dose única

O Instituto Butantan entregou à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) os documentos para a aprovação de sua vacina contra a dengue, a primeira do mundo em uma única dose. Caso seja dada a autorização, o Instituto terá condições de produzir 100 milhões de doses para o Ministério da Saúde pelos próximos três anos.

Foram encaminhados à Anvisa (16/12) três pacotes de informações sobre o imunizante. Foi a última leva de documentos necessários ao processo de autorização para a fabricação da chamada Butantan-DV. “É um dos maiores avanços da saúde e da ciência na história do país e uma enorme conquista em nível internacional. Vamos aguardar e respeitar todos os procedimentos da Anvisa, um órgão de altíssima competência. Mas estamos confiantes nos resultados que virão”, afirmou Esper Kallás, diretor do Instituto Butantan, à Agência Brasil (16/12).



DOUGLAS MAGNO / APF

Expectativa de vida cresce, mas não para todos

A expectativa de vida do brasileiro depende muito da região onde mora. Da mesma forma que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registra que desde o fim da pandemia houve um aumento na idade média ao morrer — passou de 72,8 anos em 2021 para 76,4 anos em 2024 —, o Mapa da Desigualdade de São Paulo, também divulgado em novembro, mostra que um morador do distrito de Anhanguera vive 24 anos a menos do que um do Alto de Pinheiros.

A coordenadora de Gestão do Conhecimento do Instituto Cidades Sustentáveis, Clara Cabral, disse, à Agência Brasil (27/11), que as discrepâncias não são exclusividade de São Paulo, já que o Brasil é o 14º país mais desigual do mundo, com enorme concentração de renda na mão de poucas pessoas.

ANTES DIREITOS

COMO ACOLHEMOS?

“O Brasil queria mão de obra, mas vieram pessoas. Com suas necessidades e peculiaridades”, analisa Richardson Yonel Civil, natural do Haiti, estudante de Medicina na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e membro da Associação dos Jovens Haitianos em Ciência de Saúde (Associação des Jeunes Haitiens en Sciences de la Santé-AJHASS). Ele recupera a famosa frase do sociólogo suíço Max Frisch (1911-1991), que em 1965 analisou o movimento migratório para a Suíça, e disse: “Importamos mão-de-obra, recebemos seres humanos”.

Na mesa de abertura da 2ª Comigrar, Richardson reconheceu o Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro como um dos melhores do mundo, mas relembrou casos de haitianos que enfrentaram (e ainda enfrentam) a discriminação no atendimento. “Além de racismo e xenofobia, os migrantes no Brasil sofrem com profissionais pouco capacitados para lidar com as diferenças culturais. Falta uma real integração entre médicos e usuários estrangeiros do sistema”.

Em recente reportagem de capa de *Radis* (264), o repórter Adriano de Lavor destrinchou os impactos da migração no SUS. O projeto Reparando desigualdades de gênero na saúde das mulheres e adolescentes deslocadas em contextos de crise prolongada na América Central e do Sul (ReGHID), coordenado também pela pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) Maria do Carmo Leal, constatou que a existência de um serviço público de saúde gratuito e universal é uma das principais motivações para as mulheres migrarem para o Brasil.

No entanto, a formação médica para atendimento de uma população composta por diferentes nacionalidades, com dificuldades naturais da língua, e que cresce a cada dia, apareceu na Comigrar como uma das maiores demandas de migrantes e refugiados.

Jerzey Timóteo Ribeiro Santos, secretário adjunto da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da

Saúde, comprometeu-se, durante a Conferência, a levar à frente essa discussão de incluir na formação profissional médica e de enfermagem as especificidades dos estrangeiros.

Ele lembrou uma portaria recente do Ministério da Saúde (nº 5.517/24), assinada pela ministra Nísia Trindade, que instituiu um Grupo de Trabalho para apresentar um projeto de Política Nacional de Saúde Integral de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas. “Em 34 anos de existência do SUS, essa é a primeira vez que discutiremos uma Política Nacional de Saúde específica para essa população. Estamos aqui nessa Conferência para escutar todas as necessidades”, afirmou.

Entre as propostas aprovadas na Comigrar estão a revisão e a aprovação do Projeto de Lei (n. 5182/20), que institui a obrigatoriedade de alocação de tradutores, intérpretes comunitários e mediadores culturais nos principais pontos de entrada do Brasil, abrangendo línguas de sinais e os diversos idiomas falados no território, além da disponibilização de tecnologias e plataformas de tradução simultânea em serviços e equipamentos públicos do SUS e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). “A questão linguística é uma barreira importante no acesso à saúde pública. Temos ciência disso e vamos trabalhar para diminuir esse problema”, disse Jerzey.

A Comigrar indicou ainda a implementação de um programa nacional de mediação intercultural e linguística, priorizando a contratação de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas, com paridade de gênero, orientação sexual, raça, cor, etnia e origem, em especial as mulheres indígenas, africanas, afrodescendentes e população LGBTQIA+. A iniciativa também deve incluir a capacitação em direitos humanos, políticas públicas e diversidade cultural.

“Tenho certeza de que as discussões da Comigrar irão fundamentar a construção da política nacional e o desenvolvimento do plano nacional sobre essa temática. Esse é um governo da participação popular e nosso compromisso

é de acolher as propostas feitas por vocês”, disse Jean Uema, secretário nacional de Justiça.

Floriano Teixeira Filho, presidente da Comissão Especial de Direito Imigratório do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), destacou que não basta receber os migrantes, refugiados e apátridas. “O que percebemos hoje é que o país recebe essa população, que cresce a cada dia, de forma desorganizada. É preciso ter uma política pública séria de acolhimento”, avaliou na abertura da 2ª Comigrar.

Ele lembrou que o país já conta com uma lei que dispõe sobre os direitos e os deveres dos migrantes e visitantes (n. 13.445/17). “Em maio de 2017 foi sancionada no Brasil uma das leis mais modernas e abrangentes do mundo. No entanto, ela ainda não regulamenta de fato a política imigratória do nosso país”.

Para que a lei saia do papel, Florianio defende a regulamentação do artigo 120, que garantiria uma logística para sua efetividade. “Nota-se que a operacionalidade e a real aplicação da lei que trata da migração precisa ser através de atos normativos do Poder Executivo Federal. Por isso, estamos aqui defendendo e trabalhando pelo artigo 120”.

NOVAS REGRAS PARA PEDIDOS DE REFÚGIO

Imigrantes que desembarcaram em aeroportos brasileiros a partir do dia 26 de agosto de 2024 se depararam com uma nova regra para fazer o pedido de refúgio no país: passageiros em trânsito internacional, que não tiverem visto de entrada no Brasil, devem seguir para seus destinos ou retornar às suas nações de origem. “Se

esses passageiros permanecerem na área de trânsito internacional do Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, ou em outros aeroportos com conexões internacionais, e não tiverem visto de entrada para o Brasil, não serão admitidos”, diz a nota do Ministério da Justiça.

O assunto foi tema e ganhou destaque nas discussões da 2ª Comigrar. Virou moção aprovada por unanimidade no final das votações da Conferência o “repúdio às restrições impostas pelo Ministério da Justiça às solicitações de refúgio de pessoas no aeroporto de Guarulhos que não possuem o Brasil como destino final”.

Cerca de 60 entidades da sociedade civil, incluindo organizações de proteção a migrantes e refugiados, também divulgaram nota conjunta em repúdio às restrições. “A mudança de entendimento do governo, sob o pretexto de combater o tráfico de pessoas, não pode justificar a negação da proteção a indivíduos em situação de vulnerabilidade”, afirma o texto.

Já o secretário Nacional de Justiça, Jean Keiji Uema, defendeu a medida após a Polícia Federal apontar a atuação de grupos criminosos em esquemas de tráfico e contrabando de pessoas. Jean ressalta que o Brasil não pode permitir que seu caráter acolhedor e humanitário seja explorado por organizações criminosas para facilitar a migração ilegal. “O refúgio é um instrumento legal para proteger pessoas perseguidas em seus países de origem. Não podemos permitir que ele seja usado para tráfico de pessoas e contrabando de imigrantes”, declarou.

A nova regra, no entanto, também recebeu críticas da Defensoria Pública da União e do Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria Federal dos

QUAL A DIFERENÇA ENTRE MIGRANTE, IMIGRANTE, APÁTRIDA E REFUGIADO?

MIGRANTE

É um termo geral que se refere a qualquer pessoa que se desloca de um lugar para outro, seja dentro do mesmo país ou para o exterior.

IMIGRANTE

É uma pessoa que se estabelece em um país diferente daquele em que nasceu ou do qual é cidadão, com a intenção de residir permanentemente ou por um longo período de tempo.

REFUGIADO

É toda pessoa que, em razão de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social, opinião política, sexualidade ou identidade de gênero, é obrigado a deixar o seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outros países.

APÁTRIDA

É considerada apátrida a pessoa que não tem sua nacionalidade reconhecida por nenhum país. De acordo com a Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), essa situação ocorre no mundo inteiro por diversos motivos, entre eles a discriminação, os conflitos entre leis e a falta de reconhecimento de residentes de países que se tornaram independentes.



“SOMOS TODOS HUMANOS”

A 2ª Comigar contou com delegados de nacionalidades distintas (mais de 50% eram de estrangeiros), mas com trajetórias e objetivos similares: lutam por melhores condições de vida no país e quase sempre estão envolvidos com projetos de acolhimento aos seus conterrâneos. Muitos dos migrantes vêm ao Brasil foragidos de guerras, perseguições políticas, crises econômicas e/ou desastres ambientais. Ao chegarem, deparam-se com algumas barreiras, como a diferença cultural e da língua, e enfrentam preconceitos, racismo e xenofobia. Formam no país uma diversidade ainda mais ampla.

Direitos do Cidadão. O órgão recomendou sua revogação ou anulação. No documento, o procurador federal Nicolao Dino afirma que a mudança “inova indevidamente no ordenamento jurídico, frustrando a eficácia e a aplicação da Lei de Migração e da Lei n. 9.474/1997 e disposições regulamentares correlatas, que definem os mecanismos necessários à implementação do Estatuto dos Refugiados”.

O Comitê Migrações e Deslocamento da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) também recomendou ao Ministério da Justiça a imediata revogação de tal política de criminalização da migração e do refúgio. “Essa política fragiliza a garantia e a efetivação de direitos humanos básicos das pessoas migrantes, ensejando interpretações que vinculam, preocupantemente, determinados migrantes ao perigo, à insegurança, ao risco e ao crime. Ela também contraria a Lei de Refúgio e a Nova Lei de Migração, indicando uma continuação das políticas dos governos Temer e Bolsonaro, e ecoa uma tendência mundial de ataques aos direitos de pessoas em mobilidade”.

CENTENAS AINDA ESTÃO EM AEROPORTOS

Dentre algumas das quebras de protocolo, na abertura da 2ª Comigrar, a de uma refugiada de Gâmbia, Mariam Bah, emocionou a todas as pessoas. Ela subiu ao palco, pediu o microfone à organização do evento e lembrou da morte de Evans Osei Wusu.

O imigrante ganhô, de 39 anos, faleceu após passar mal no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. Ao não ser admitido no México, onde faria uma cirurgia na coluna, ele solicitou refúgio no Brasil. Ficou retido alguns dias em condições insalubres. De acordo com a família, Evans

“ Um terremoto destruiu completamente minha casa no Haiti em 2010. Viemos para o Rio de Janeiro e nos adaptamos muito bem. A cultura entre os dois países não é tão diferente, tem o futebol e o carnaval ”

**Robert Montinard (Bob), haitiano,
há 14 anos no Brasil**

reclamou de dores e disse que não foi compreendido quando pediu ajuda no aeroporto. Acabou sendo levado em estado crítico a um hospital no dia 11 de agosto e faleceu dois dias depois. Foi enterrado sem o conhecimento dos familiares.

Mesmo com a nova regra em vigor, que na prática restringe o número de pessoas habilitadas a pedirem refúgio, os aeroportos do país ainda apresentam muitos imigrantes nessas condições. O presidente da Comissão sobre Migrações Internacionais e Refugiados do Congresso Nacional, o deputado federal Túlio Gadêlha (Rede-PE), disse na Comigrar que atualmente existem cerca de 400

“ A crise política no Peru me fez querer ficar no Brasil. Lá temos que conviver com a continuidade da ditadura Fujimori, a violação dos direitos humanos, muita informalidade e pouco acesso a emprego ”

Sandra Morales, peruana, há 10 anos no Brasil



Conferência reuniu migrantes de diversas nacionalidades. Entre elas, a peruana Sandra Morales (de preto), que chegou no Brasil há 10 anos

peessoas nessa situação no aeroporto de Guarulhos. “Em pequenos espaços, ilegalmente isolados do resto do aeroporto, dormindo no chão. Em condições desumanas. Nós, da Comissão, já denunciávamos diversas vezes às autoridades competentes essa situação e continuávamos cobrando mais celeridade no processo de averiguação e concessão dos vistos, quando pertinentes”.

E AGORA?

Passada a euforia e o otimismo gerado pela realização da 2ª Comigrar, em Brasília, *Radis* ouviu três delegadas que participaram ativamente das discussões nos três dias da Conferência Nacional. Elas estiveram nos Grupos de Trabalho, que debateram 180 sugestões compiladas das conferências prévias — realizadas entre outubro de 2023 e julho de 2024.

Destes GTs, que analisaram os seis eixos temáticos [Veja quadro na página 15], saíram os destaques apreciados na Plenária Final: 60 propostas aprovadas que devem servir de base para a construção de uma Política Nacional voltada para essa população.

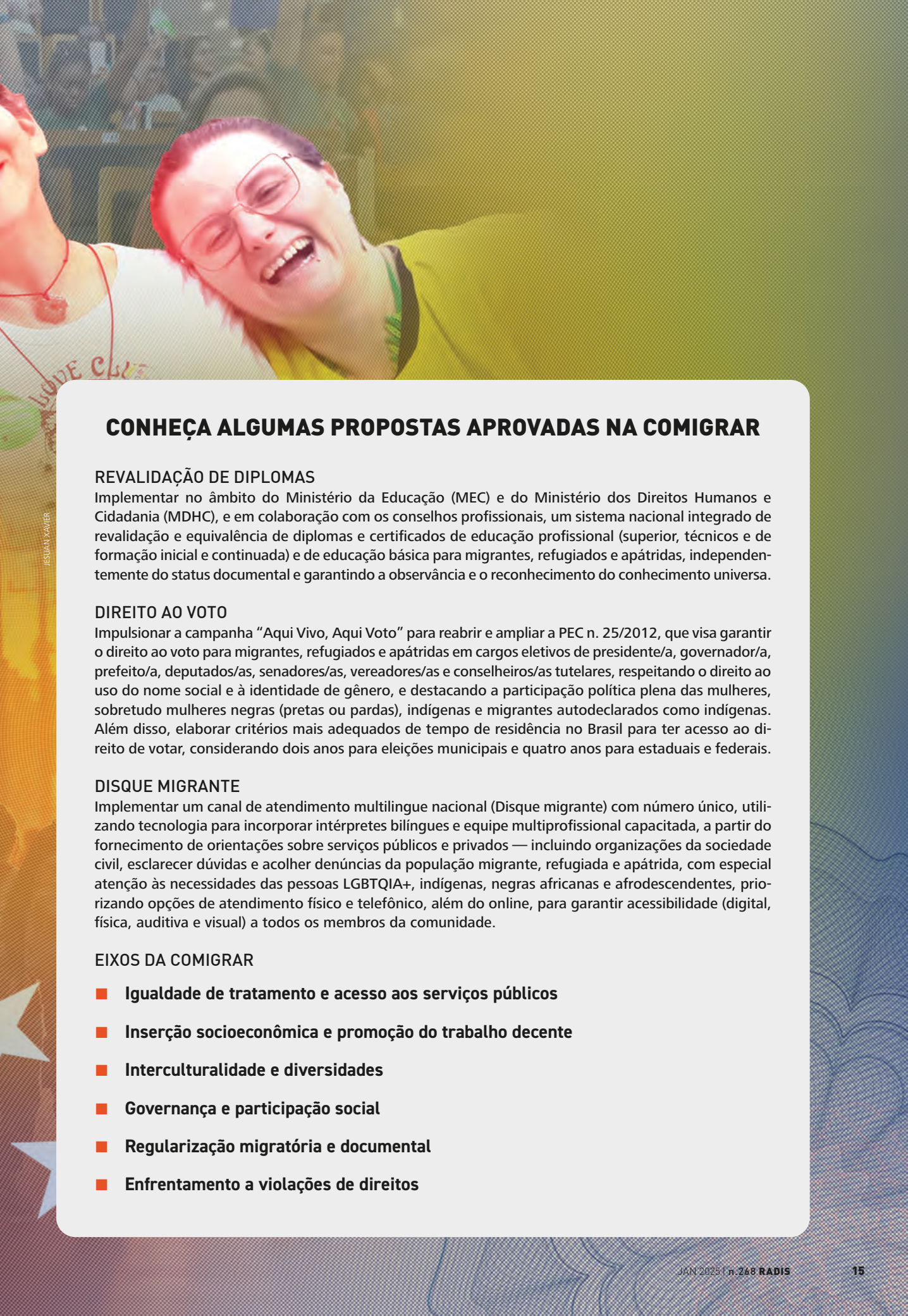
A venezuelana Lis Carolina Martinez, delegada eleita por Manaus, enfatizou a representatividade da Conferência: “A Comigrar foi um espaço muito importante de discussão, mas o principal é que foi um processo que iniciou com eventos locais e regionais, o que permitiu à comunidade migrante se articular e trabalhar em bloco por objetivos comuns. Nenhum outro país tem mecanismos como a Comigrar. O Brasil é pioneiro nesses espaços de debate”, avaliou à *Radis*.

Uma representatividade expressa em números. Dos 269 delegados e delegadas eleitos, nas 119 conferências preparatórias, metade foi de migrantes, com origens diversas como Afeganistão, Angola, Bolívia, Guiné-Bissau, Peru, Colômbia e Equador. Mais de 14 mil pessoas participaram das discussões prévias. Mulheres, indígenas, pessoas idosas, negras, com deficiência e LGBTQIA+ estiveram representadas.

Há 5 anos no país, a jornalista de formação e hoje empreendedora e coordenadora de iniciativas que visam apoiar mulheres refugiadas e migrantes no país [Leia matéria na página 18], Lis destaca algumas das propostas aprovadas na Comigrar. “Acho que avançamos positivamente em questões caras para os refugiados, como os processos de revalidação e reconhecimento de diplomas. Um tema vital para toda nossa comunidade”, disse.

A expectativa é que todo o trabalho realizado na Conferência saia do papel e seja implementado realmente pelas autoridades competentes. “Nossa luta agora é para que as propostas aprovadas virem realidade. A Comigrar foi apenas uma etapa desse processo”, completou Lis.

A peruana Sandra Morales, delegada eleita por São Paulo, confirmou que os participantes da Conferência Nacional já se articulam para a formação de um grupo de trabalho posterior, visando o acompanhamento das propostas aprovadas na Comigrar. “Estamos nos organizando para termos reuniões sistemáticas. Já começamos a avaliar as possibilidades para, juntos, chegarmos às autoridades competentes. É importante que todo o trabalho aqui não seja desperdiçado”, ressaltou.



CONHEÇA ALGUMAS PROPOSTAS APROVADAS NA COMIGRAR

REVALIDAÇÃO DE DIPLOMAS

Implementar no âmbito do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), e em colaboração com os conselhos profissionais, um sistema nacional integrado de revalidação e equivalência de diplomas e certificados de educação profissional (superior, técnicos e de formação inicial e continuada) e de educação básica para migrantes, refugiados e apátridas, independentemente do status documental e garantindo a observância e o reconhecimento do conhecimento universa.

DIREITO AO VOTO

Impulsionar a campanha “Aqui Vivo, Aqui Voto” para reabrir e ampliar a PEC n. 25/2012, que visa garantir o direito ao voto para migrantes, refugiados e apátridas em cargos eletivos de presidente/a, governador/a, prefeito/a, deputados/as, senadores/as, vereadores/as e conselheiros/as tutelares, respeitando o direito ao uso do nome social e à identidade de gênero, e destacando a participação política plena das mulheres, sobretudo mulheres negras (pretas ou pardas), indígenas e migrantes autodeclarados como indígenas. Além disso, elaborar critérios mais adequados de tempo de residência no Brasil para ter acesso ao direito de votar, considerando dois anos para eleições municipais e quatro anos para estaduais e federais.

DISQUE MIGRANTE

Implementar um canal de atendimento multilíngue nacional (Disque migrante) com número único, utilizando tecnologia para incorporar intérpretes bilíngues e equipe multiprofissional capacitada, a partir do fornecimento de orientações sobre serviços públicos e privados — incluindo organizações da sociedade civil, esclarecer dúvidas e acolher denúncias da população migrante, refugiada e apátrida, com especial atenção às necessidades das pessoas LGBTQIA+, indígenas, negras africanas e afrodescendentes, priorizando opções de atendimento físico e telefônico, além do online, para garantir acessibilidade (digital, física, auditiva e visual) a todos os membros da comunidade.

EIXOS DA COMIGRAR

- Igualdade de tratamento e acesso aos serviços públicos
- Inserção socioeconômica e promoção do trabalho decente
- Interculturalidade e diversidades
- Governança e participação social
- Regularização migratória e documental
- Enfrentamento a violações de direitos



“Ganhei uma bolsa de estudos para cursar Geografia na Universidade Católica de Salvador (UCSal). Era o início da crise econômica na Venezuela e consegui me estabelecer por aqui”

Alejandra Escalona, venezuelana, há 9 anos no Brasil

Sandra, descendente de indígenas quíchuas, psicóloga com mestrado em psicologia social, também destacou a proposta de revalidação dos diplomas, como uma das principais aprovadas na Conferência. Para ela, a identidade profissional dos migrantes é de suma importância na adaptação e no estabelecimento dos estrangeiros. “Além de um processo mais célere na regularização dos documentos migratórios”, acrescentou.

A colombiana Catalina Revollo Prado, delegada pelo estado do Rio de Janeiro, também disse que o trabalho continua. “Vamos bater na porta da Comissão Mista no Congresso, tentar que nossas presenças, expressões e ideias também estejam lá representadas”, destacou.

Em mensagem transmitida na abertura da Comigrar, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, reafirmou o compromisso do governo federal com o tema. “A 2ª Comigrar é uma conquista histórica que reafirma o compromisso do Estado brasileiro com a construção participativa de políticas públicas para pessoas migrantes, refugiadas e apátridas em nosso país”.

O secretário Nacional de Justiça, Jean Keiji Uema, disse que o evento é um marco para a construção de um país mais acolhedor e inclusivo. “Reafirmamos o compromisso do Brasil com aqueles que atravessam fronteiras em busca de uma vida melhor, seja em razão de conflitos, perseguições ou desastres. Este é o momento de debatermos soluções concretas e fortalecer os laços de solidariedade”, pontuou.

POLÍTICAS MIGRATÓRIAS EM MOVIMENTO

Movimentos migratórios no mundo sempre existiram e não são maiores atualmente, como muitos podem pensar, destaca Leonardo Cavalcanti, professor do Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas (Ceppac), vinculado à Universidade de Brasília (UnB). Segundo ele, a grande diferença está em um sentimento carregado

de preconceitos e racismo. “Antigamente, as migrações aconteciam basicamente nas regiões Norte do planeta. Movimentos Norte-Norte ou Norte-Sul. O Brasil é um exemplo disso. Recebemos durante anos e de braços abertos alemães, portugueses, italianos e espanhóis. Outros países da América do Sul também acolhiam bem esses migrantes europeus”, afirmou, durante a Conferência.

Leonardo, que proferiu a Aula Magna Políticas migratórias em movimento: Dilemas entre fluxos líquidos e políticas sólidas, durante a 2ª Comigrar, explica que o preconceito contra os migrantes se inicia em meados do século 20, quando as pessoas do Sul global passam a ocupar os espaços do Norte. “Pela primeira vez na história das migrações, os negros africanos são vistos em espaços públicos em Londres e Paris. Os sul-americanos, os indígenas, também ocupam seus lugares no Norte. Isso causa um mal-estar, aflorando o racismo e a xenofobia nesses países”, destaca.

Jean Uema tem a mesma opinião. Segundo ele, a migração precisa ser vista como um direito universal. “Quando o movimento migratório se dava a partir dos países que compõem o Norte global para o Sul, era mais aceito. Agora, quando o Sul global precisa que os países do Norte aceitem os migrantes, os refugiados, nós encontramos dificuldades, politização e xenofobia”, ressaltou.

Leonardo lembra, no entanto, que a crise financeira que afetou principalmente os Estados Unidos e o Japão, nos anos de 2007 e 2008, alterou significativamente o fluxo migratório mundial. “Passa a ser completamente diferente do que aconteceu anteriormente nos séculos 19 e 20. Atualmente, para se ter uma ideia, o Brasil recebe pessoas

tanto do Norte quanto do Sul global. E brasileiros também migram para outros países. A migração em todo o mundo fica muito mais complexa”, completou.

EDUCAÇÃO E MERCADO DO TRABALHO

Uma das maiores demandas de migrantes, refugiados e apátridas está na educação. Para essa população, o reconhecimento de diplomas e, principalmente, o acesso e uma receptividade mais acolhedora nas instituições de ensino são fundamentais para garantir melhores condições de vida no país.

Uma das propostas aprovadas na plenária final da Conferência prevê um Programa Nacional permanente, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), em articulação com as Secretarias de Educação estaduais e municipais e universidades credenciadas, com o foco na formação continuada de diretores, gestores escolares e profissionais de escolas públicas, abordando as especificidades e as vulnerabilidades de migrantes, refugiados e apátridas no ambiente escolar.

A professora Denise Bomtempo, do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Ceará (Uece), também delegada na Comigrar, frisou que é importante garantir a entrada de migrantes e refugiados nas universidades brasileiras. Isso inclui a abertura de editais específicos para ingresso no ensino superior, a facilitação de matrícula e o acolhimento, independente de documentação completa.

A proposta aprovada indica ainda a organização de materiais didáticos, paradidáticos, plurilíngues e interculturais em bibliotecas escolares; a contratação de, ao menos, um professor MRA (migrante, refugiado ou apátrida) universitário por disciplina ou matéria junto às universidades credenciadas; e mobilidade de assistentes de língua portuguesa nativos de outros países e indígenas para ajudar durante as aulas e em traduções de documentos, a fim de melhorar as práticas de ensino de português como língua de acolhimento.

O presidente da Comissão sobre Migrações Internacionais e Refugiados do Congresso Nacional, Túlio Gadêlha, frisou que é fundamental fazer parcerias com as universidades, visando que o estrangeiro possa aprender a língua portuguesa. “A barreira da língua impede muitos de acessarem o mercado de trabalho formal”, avaliou.

Para a peruana Sandra Morales, há 10 anos no Brasil, o país já tem uma das melhores leis de migração do mundo. “Mas muitos dos artigos que estão lá simplesmente não são cumpridos. Fizemos um bonito trabalho na Comigrar. Vamos cobrar os compromissos aqui assumidos e espero que realmente haja vontade política do governo para colocar em prática as diretrizes aprovadas”, avaliou. 

“ Vim foragida do terremoto que devastou meu país. Sofri muito com racismo e xenofobia. Não gosto do rótulo de migrante, refugiada ou apátrida. Somos todos seres humanos. ”

Gloriane Antoine, haitiana, há 12 anos no Brasil

CONFERÊNCIA EM NÚMEROS

- 60 propostas aprovadas
- 119 conferências livres
- 14 mil participantes
- 269 delegados

MIGRANTES NO BRASIL

- Total: 1.700.686 (até agosto de 2024)
- Venezuela: 500.636
- Haiti: 183.102
- Bolívia: 110.795

Fonte: Boletim das Migrações (Ministério da Justiça)

BEM ACOMPANHADAS

Jornalista venezuelana promove integração
de refugiadas com capacitação para o
mercado de trabalho, em Manaus

ADRIANO DE LAVOR

Mauzinho, região leste de Manaus. Ao fim da tarde, é grande a movimentação no bairro, ocupado a partir da instalação da Zona Franca e do porto da Ceasa, no fim dos anos 1960 e que hoje é lar de 23 mil pessoas — muitas delas, refugiadas. Na rua principal, caminhões e ônibus disputam espaço com motos e pedestres, que se protegem do calor e do trânsito em calçadas estreitas.

Sob marquises irregulares, residências de vários pisos se intercalam com pequenos comércios, emoldurados por um emaranhado de fios. Vendas de frutas e verduras, bares, confecções caseiras, igrejas, pequenas barbearias. Alguns açazeiros lembram que estamos próximos do rio Negro; caminhões estacionados ao longo do caminho pontuam que perto dali está a BR-319, que liga a capital amazonense ao Sul do país.

Estamos em julho de 2024, a caminho da recém-conquistada sede da Acompanhadas, organização social criada pela venezuelana Lis Carolina Martinez poucos anos antes, com o intuito de apoiar mães migrantes no seu processo de adaptação no Brasil. Quem conduz *Radis* até lá é uma conterrânea e amiga de Lis, Geisy Sulamita Rodríguez, assistente social que foi entrevistada durante a produção da reportagem sobre a saúde de mulheres migrantes (*Radis* 264).

Um lance de escadas e chegamos a um corredor que liga várias salas, onde algumas mulheres conversam animadamente. No prédio, já funcionam outros projetos sociais, explica Lis, que apresenta o espaço, conquistado há pouco mais de um mês, e ainda em processo de arumação. A sala de administração, a biblioteca, o local reservado para as aulas. “Não temos dinheiro, mas temos excelentes parceiros”.

Ela cita a Acnur (Agência das Nações Unidas para Refugiados), anuncia um projeto que será desenvolvido com a ONG Hermanitos, que também atua em Manaus,

e comemora ter sido agraciada com uma bolsa do Fundo de Resiliência, financiada pela iniciativa global para o combate ao crime organizado, do governo norueguês, que vai permitir a estruturação da Acompanhadas no Mauzinho.

EDUCAR PARA MUDAR

“Nosso foco é a educação. É acompanhar as mulheres em seu desenvolvimento profissional e criar meios para que possam melhorar as suas vidas”, esclarece a fundadora da Acompanhadas, que oferece cursos de português e de educação financeira, entre outras habilidades para o mundo do trabalho.

“A educação é o único caminho para tirar estas mulheres da vulnerabilidade”, acentua, defendendo a formação para o empreendedorismo. “Ninguém muda de país para ter uma vida pior”, acredita a jornalista, que migrou para o Brasil em razão de um problema de saúde da filha e que, depois de enfrentar problemas com sua adaptação ao novo país, resolveu ajudar as conterrâneas.

Lis sabe que o início da vida em outro país pode ser bem complicado: “Eu achava que falar português era fácil; não é”, conta, relatando que isolamento e falta de comunicação abalam a saúde de muitas refugiadas. “As mulheres migrantes quando chegam aqui se fecham. Não querem sair de casa. Isso causa diferentes problemas de saúde, como a depressão e o sedentarismo. Uma pessoa que não tem dinheiro, não consegue se comunicar e que não tem perspectiva, adoecer”.

Ao contrário, defende a jornalista, “quando você tira essa mulher de casa e a integra à sociedade, ela começa a caminhar, a comer melhor e a se sentir acompanhada. Sua saúde mental melhora, sua saúde física também”. Lis tem conhecimento de causa. Até 2018, trabalhou por 26 anos em jornais e na indústria petroleira venezuelana. Nunca havia pensado em sair do seu país.

Elas se viu obrigada a mudar quando a filha Amanda, então com três anos, quase morreu por falta de um remédio para a crise de asma. “Foi uma emergência: ou eu migrava ou assistia a ela morrer”, lembra. Vendeu tudo e veio a Manaus, também trazendo o outro filho, Alberto, de seis anos. Chegando à cidade, com pouco dinheiro, conseguiu um trabalho como cozinheira, onde se sentia explorada e desvalorizada.

Foi quando a venezuelana de Caracas pensou pela primeira vez em ajudar outras mulheres, para que não sofressem o que ela sofria. “Mas eu não tinha como fazer nada naquele momento”, explica. O passo seguinte foi largar o emprego e criar seu próprio negócio — a empresa de catering de comida venezuelana e brasileira chamada Arepa com Tucumã — e voltou a se articular para fazer nascer o projeto Acompañadas, que floresceu três anos depois, em 2021. “Nem acredito que já estou aqui”, emociona-se.

Lis é enfática ao afirmar que a saúde é um dos direitos mais castigados na Venezuela, o que explica porque ela e muitas outras conterrâneas escolhem o Brasil para viver. “O sistema público lá não funciona. E a medicina paga é excessivamente cara”, diz. Ela calcula que apenas um dia em uma clínica venezuelana pode custar 1.500 dólares. “Lá, quem tem algum problema de saúde ou tem muito dinheiro ou morre”, assegura.

AVANÇAR MAIS

Envolvida na luta pelos direitos de pessoas migrantes e refugiadas, Lis foi eleita delegada da Comigrar, após participar de conferências livres regionais e nacionais, que aconteceram ao longo de 2024. “Desde janeiro comecei a me envolver com o assunto e fui eleita durante a Conferência Livre Nacional sobre os Direitos das Mulheres Imigrantes, Refugiadas e Apátridas, em março de 2024”.

Em julho, sua expectativa era grande: ela menciona a celebração dos 40 anos da Declaração de Cartagena [instrumento jurídico adotado em 1984 que estabelece princípios e amplia a definição de refugiados na América Latina e no Caribe, considerado um marco na proteção de refugiados na região], documento que permite que hoje os venezuelanos possam pedir refúgio por razões de conflitos sociais. E celebra que o país que escolheu tenha mecanismos de proteção únicos: “O Brasil tem a melhor legislação para pessoas migrantes na América Latina”, avaliou.

Para ela, a Comigrar é a oportunidade de “avançar um pouco mais”, no sentido de efetivar a legislação que já existe. “O Brasil tem muitas leis, que são maravilhosas, mas muitas delas não são aplicadas — ou são aplicadas tarde. “A sociedade tem que se mobilizar para que as leis sejam efetivas, não somente as que existem para os migrantes”, analisa.

QUEM **MAIS** SOFRE COM AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS?

Seminário discute como emergências ambientais impactam de modo desigual a saúde das populações

ADRIANO DE LAVOR E GLAUBER TIBURTINO

Como as vulnerabilidades e as desigualdades socioeconômicas são acentuadas pela emergência climática? De que forma os fenômenos catastróficos da natureza, provocados pela ação exploratória humana, impactam diferentes realidades? Quais são os efeitos dessas ocorrências sobre os direitos humanos e a saúde das populações?

Em 2020, a pandemia de covid-19 fez emergir uma metáfora que nos ajuda a pensar como tais impactos são vivenciados em diferentes contextos. À época, circulou o seguinte pensamento: “Estamos todos na mesma tempestade, mas não no mesmo barco”. Algo semelhante pode ser observado com a emergência climática e suas implicações nos direitos humanos.

O planeta vem dando sinais dos excessos cometidos pela humanidade. 2024 foi o ano mais quente da história, segundo cálculo do observatório Copernicus, superando a marca registrada em 2023. O Brasil e o mundo têm enfrentado uma recorrência de calor extremo, queimadas, chuvas fortes e inundações, mas tal qual a metáfora do barco na pandemia, esses fenômenos não afetam as populações da mesma forma, como revela o Boletim Informativo Saúde, Raça e Clima 2024, elaborado pelo Centro Brasileiro de Justiça Climática (CBJC), com apoio do Ministério da Saúde.

Os dados do boletim indicam o oposto do que orienta uma resolução da ONU de 2022, com 62 signatários, segundo a qual todas as pessoas no planeta têm direito a um meio ambiente limpo e saudável. O texto conclama os países-membros a incluírem em suas constituições e tratados regionais o direito a um meio ambiente saudável.

Reconhece ainda que as mudanças climáticas e a degradação ambiental são algumas das ameaças mais urgentes ao futuro da humanidade e alerta que, se não forem controlados, esses problemas podem ter consequências desastrosas para as pessoas em todo o mundo, especialmente para os pobres, as mulheres e as meninas.

O boletim do CBJC, lançado no Dia da Consciência Negra (20/11), é taxativo: a crise climática de fato afeta de forma desproporcional a saúde das pessoas negras e indígenas no Brasil. O documento, que visa mobilizar e engajar a sociedade sobre a incidência do racismo ambiental na saúde das populações vulnerabilizadas, também se propõe a inspirar políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis, que garantam a justiça social e ambiental para todas as pessoas.

A mudança climática é reconhecida como um amplificador de ameaças e vulnerabilidades, já que pode intensificar fome, pobreza, desertificação, escassez, enchentes, secas, competição por recursos e migração forçada, reconhece outro texto, publicado pelo Observatório de Crises Internacionais, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 2022. O documento explicita que ações humanas também podem agravar questões ambientais. “É importante reconhecer que conflitos mortais e instabilidade política contribuem para a questão ambiental, assim como são gerados e piorados por ela”, afirma.

“Cidadãos comuns, ativistas e indígenas podem sofrer intimidação, assédio do sistema jurídico e até assassinato. Grupos extremistas já têm se mobilizado por conta de inseguranças e disputas relacionadas ao clima”, adverte ainda o comunicado do Observatório.

Parte das fotos que ilustram esta reportagem são do acervo fotográfico de João Roberto Ripper (veja matéria na página 28): nesta imagem, cortadora de cana de Naviraí (MT) protege-se contra sol intenso



No evento na Fiocruz, o pensador luso-senegalês Mamadou Ba questiona o caráter colonial e eurocêntrico dos direitos humanos

Como um ressoar de vozes historicamente silenciadas, as interseções entre direitos humanos, saúde e emergência ambiental vêm pautando reflexões e eventos em contextos diversos [Saiba mais na página 25]. *Radis* entra no debate, a partir da cobertura do 11º Seminário Internacional de Direitos Humanos e Saúde e do 15º Seminário Nacional de Direitos Humanos e Saúde, organizados pelo Departamento de Direitos Humanos e Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Dihs/Ensp/Fiocruz) no fim de novembro de 2024.

O tema dos eventos — “O presente e o futuro dos direitos humanos: Saúde das populações diante das mudanças climáticas” — mostra a articulação dessa discussão com os determinantes sociais da saúde. “Quando a gente debate um tema, é como se jogasse uma pedrinha na água e aquele movimento fosse se espalhando”, disse à *Radis* Maria Helena Barros, coordenadora do Dihs, na abertura dos seminários.

Acompanhe nesta reportagem as principais ideias e reflexões apresentadas nos dois eventos, que destacam a necessidade de se pensar as relações entre direitos humanos, mudanças climáticas e saúde.

DECOLONIZAR O PENSAMENTO

“Os direitos humanos são um patrimônio humano de universos plurais ou são apenas um sinal de superioridade do Ocidente sobre o resto do mundo?”, provoca o pensador luso-senegalês Mamadou Ba, um dos conferencistas do evento do Dihs. Em sua fala na Ensp/Fiocruz, ele propõe uma reflexão conceitual sobre a origem da defesa dos direitos humanos e da proteção do meio ambiente e questiona o seu caráter colonial e eurocêntrico.

Ativista decolonial, com um olhar antirracista, Mamadou evidencia as contradições do eurocentrismo presente nas diretrizes humanitárias e resgata o histórico colonialista, imperialista, racista e de exploração capitalista que constitui o dito “Ocidente” — e que inclui processos de violência, violação de direitos humanos e subjugação, como a escravidão de povos africanos.

O intelectual considera que para se ter plena democracia e justiça ambiental é preciso pensar no “extrativismo predador” que constitui o Ocidente ‘político’ e questionar práticas do capitalismo que produzem simultaneamente uma economia da predação e da fome. Ele alega que a combinação entre pobreza, precariedade sanitária e vulnerabilidade ambiental transformou os direitos à saúde, como o acesso à alimentação saudável, em produtos comerciais, alimentando o que classificou como “economia do sofrimento”.

Também numa abordagem decolonial, o escritor Ailton Krenak — outro palestrante dos seminários — observa os riscos presentes na “fúria consumista do capitalismo” e adverte sobre a necessidade de se romper com o padrão antropocêntrico, que coloca o homem no centro do planeta. A Terra é soberana, ensina o líder indígena, defendendo uma ideia de biocentrismo, que permita uma interação harmônica entre a espécie humana e o planeta.

Em sua fala, o imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL) convoca os pesquisadores da saúde a ir além dos marcadores biológicos de imunidade e a pensar em índices sociais capazes de medir a “humanidade” das pessoas. “A saúde acontece na fricção entre o nosso corpo e a Terra”, declara o escritor. Ele considera que é o ser humano que deve se adaptar e aprender a conviver com as mudanças climáticas, que não cessarão. “A Terra pode nos surpreender, ocasionando o desaparecimento da maioria de nós”.

A LIÇÃO DOS VULNERÁVEIS

Para Krenak, é preciso aprender a lição dos povos indígenas, que vivem em contraposição à “sociedade da mercadoria” — como coloca o líder Yanomami Davi Kopenawa — e sobrevivem há anos aos ataques de governos e à “solidariedade seletiva” da população brasileira. “Direitos humanos são universais, mas alguns humanos o são mais do que outros”, provoca, citando pensamento articulado pelo escritor Millôr Fernandes.

Krenak relembra as constantes tentativas de apagamento da identidade indígena durante a ditadura militar (e no governo de Jair Bolsonaro), observando que mesmo com as adversidades, os povos originários conseguiram sobreviver. “O Estado não conseguiu emancipar os povos indígenas, mas



Para Ailton Krenak, é preciso aprender a lição dos povos indígenas, que vivem em contraposição à “sociedade da mercadoria”

conseguiu transformá-los em pobres. Existe uma deliberada política de fazer esse povo ficar pobre: é envenenando os territórios, estragando nossos rios, destruindo nossa floresta, já que não podem tirá-la da gente”.

Também de origem indígena, a advogada Wilza Neves da Silva Pataxó, coordenadora do Núcleo de Povos Originários do Santuário Cristo Redentor e presidente do Instituto Fundo Biomas Indígenas, é outra voz que reivindica a participação ativa dos povos originários na discussão sobre direitos humanos e meio ambiente. “Os povos indígenas são aliados na preservação ambiental”, defendeu ela em uma das mesas da atividade.

Assim como Krenak, Wilza relata lembranças de momentos em que os povos indígenas são vistos como ameaça e violentamente atacados em seu ambiente natural — e disse não esquecer que quando criança conheceu um senhor evangélico, em uma região seringueira do Pará, que dizia se orgulhar da tarefa de “matar índios e jogar as vísceras para os cães”.

Ela relaciona o depoimento que ouviu na infância ao que está registrado no Relatório Figueiredo [Documento produzido em 1967 pelo procurador Jader de Figueiredo Correia que registra crimes de genocídio contra os povos indígenas do Brasil, incluindo assassinatos em massa, tortura e guerra bacteriológica e química, além de escravidão e abuso sexual. Pode ser acessado em <https://bit.ly/relatoriofigueiredo1967>]. “É preciso reflorestar o que foi depredado e as mentes adoçadas pelo ódio”, orienta.

“Somos aliados, não somos inimigos”, reafirma a advogada, pontuando não ser possível ignorar a violência sofrida pelos povos indígenas no Brasil, em contraponto à contribuição que essas populações podem dar no enfrentamento às mudanças climáticas. “Temos maltratado muito a mãe Terra. O que assistimos agora são as consequências disso”, afirma. Para ela, os indígenas podem partilhar saberes, como o manejo da terra e o uso das ervas, além do convívio coletivo, que são estratégias importantes para a defesa de territórios e do meio ambiente.

CAPACITISMO AMBIENTAL

Defensora e estudiosa dos direitos humanos, Laís Silveira Costa, pesquisadora da Ensp/Fiocruz, chama atenção para o capacitismo na discussão sobre as emergências climáticas. Segundo ela, as ações de mitigação dos impactos ambientais não levam em conta os efeitos na vida das pessoas com deficiência (PCD) e com deficiência intelectual (PCDI).

“Nós somos capacitistas”, afirma ela, ao ressaltar a invisibilidade dessas pessoas, que representam ao menos 9% dos brasileiros e 16% da população mundial, segundo estatísticas oficiais. A deficiência é uma produção social que afeta com maior impacto os mais vulneráveis, explica a pesquisadora. “Uma mulher com deficiência tem 23 vezes mais possibilidades de ser analfabeta do que a gente, que é formada no barro do capacitismo”, exemplifica. Neste sentido, ela considera que “é preciso que os direitos humanos deixem de ser reclame de pobre”.

Laís cita ainda vários efeitos concretos na vida de pessoas com deficiência. Segundo ela, o risco de uma mulher com deficiência sofrer violência de gênero é dez vezes maior — e isso pode se agravar em momentos de desastre, como as enchentes que ocorreram no Rio Grande do Sul, em maio de 2024. A vulnerabilidade de uma PCD que mora em favelas, aponta, é muito maior em caso de uma evacuação por conta de algum evento extremo; os abrigos, por outro lado, quase sempre são organizados sem levar em consideração o acesso e as necessidades de quem vive com alguma deficiência. “Há um silenciamento desta pauta”, adverte.

Outro aspecto levantado pela pesquisadora é a produção de deficiências decorrente do uso indevido de recursos naturais. “Como podemos nos preparar para enfrentar as emergências climáticas incluindo as necessidades de diferentes tipos de deficiência?”, questiona. Laís defende a existência de um “capacitismo ambiental”, que consiste em um sistema de opressão que desconsidera diferentes condições de ser e estar no mundo, e conclama a sociedade a firmar um pacto social, com a participação das PCD, em toda a sua heterogeneidade.

Krenak associa catástrofes climáticas às constantes negações de direitos a esses atores sociais. “Junto com os povos indígenas, sempre são invocados os povos da diáspora, os nossos irmãos que vieram ‘agarrados’ [de África] para viver na condição de escravizados aqui, no continente americano”, diz Krenak. Ele aponta ainda que os negros, descendentes de pessoas escravizadas, e os povos indígenas formam os dois maiores contingentes de gente abandonada no Brasil.

SENTINELAS DE DIREITOS

Mamadou traz à cena a força do povo africano, como contraponto às ameaças aos direitos e à proteção ambiental: “As pessoas vulneráveis que se confrontam com todo o tipo de violências em África, mas nunca desistiram, tornaram-se, pela sua resiliência e força de vontade, as principais sentinelas dos direitos humanos e das questões climáticas”.

O pensador africano defende ser preciso combater as “profecias do impossível”, chamando a atenção de documentos oficiais que comprovam a desproporção entre a responsabilidade dos vulneráveis com as catástrofes ambientais e a vivência de seus efeitos na vida cotidiana.

Ele invoca também o pensamento da filósofa brasileira Denise Ferreira da Silva para afirmar que a catástrofe climática é mais uma “dívida impagável com as pessoas africanas e afro-diaspóricas”. Nesse sentido, cita relatório desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em 2024, que aponta que o continente contribuiu com apenas 2 a 4% das emissões mundiais de gases do efeito estufa, mas sofreu uma parte desproporcional dos seus efeitos adversos, incluindo perda de vidas, danos materiais e deslocamento de populações.

“O número de emergências sanitárias relacionadas com o clima está aumentando na África, sendo responsável por mais da metade das ocorrências de saúde pública registradas na região nas últimas duas décadas. O diagnóstico é implacável e é muito desolador, mas não é uma fatalidade, nem uma inevitabilidade”, denuncia.

“Eles querem o fim do mundo, mas nós queremos continuar vivendo. A vida com dignidade é uma das possibilidades nas quais acreditamos plenamente em África”, afirma, ao indicar caminhos para os povos africanos assumirem o protagonismo de seu destino.

Povos originários sofrem com as mudanças climáticas: na imagem, o registro de mulheres guaraniem Rio Brilhante (MS)



MUDANÇAS CLIMÁTICAS AFETAM AINDA MAIS OS REFUGIADOS

Relatório divulgado pela Agência da ONU para Refugiados (Acnur), em 2024, aponta que, até 2040, o número de países enfrentando extremos climáticos aumente de três para 65. O estudo, intitulado Sem escapatória: na linha de frente das mudanças climáticas, conflito e deslocamento forçado, alerta que os refugiados sofrerão enormes impactos, caso nada seja feito para reverter a situação.

Dos mais de 120 milhões de deslocados forçados no mundo, cerca de 75% vivem em países fortemente impactados pelas mudanças climáticas; e metade está em locais afetados por conflitos e riscos climáticos, como Etiópia, Haiti, Mianmar, Somália, Sudão e Síria. O documento projeta que a maioria dos campos e abrigos de refugiados enfrentará o dobro de dias de calor extremo até 2050. A atual situação dos refugiados no Brasil, suas demandas e a crescente mobilização por direitos no país é tema da matéria de capa desta edição de *Radis* (páginas 10 a 19). Acompanhamos de perto as discussões e deliberações da 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apátridia (Comigrar), que aconteceu em Brasília, de 8 a 10 de novembro de 2024.

DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E CLIMA EM PAUTA

11º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS E SAÚDE E 15º SEMINÁRIO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS E SAÚDE

A partir do tema O presente e o futuro dos direitos humanos: saúde das populações diante das mudanças climáticas, os seminários, que aconteceram entre 25 e 27 de novembro de 2024, foram promovidos pelo Departamento de Direitos Humanos e Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Dihs/Ensp/Fiocruz).

Assista em <https://bit.ly/verseminariosdihs>.

DESAFIOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA O BRASIL E A COP-30

Realizado em 28 de novembro de 2024, o evento, promovido pela Agência de Inovação Tecnológica e Social da Universidade Federal de São Paulo (Agits/Unifesp) incluiu um painel cuja discussão abordou o tema: Mudanças climáticas e os desafios para a saúde. Assista às discussões em <https://bit.ly/vereventoagits>.

PRIMEIRO CICLO INTERNACIONAL DE DEBATES CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) mobilizou estudantes e pesquisadores, em torno de uma discussão que tratou do seguinte tema: “Crise ou colapso ecológico? Circuitos do capital produtores de danos ao ambiente e à saúde coletiva”. O evento aconteceu em dezembro de 2024.

Assista em <https://bit.ly/vereventopoli>.

■ LEIA A COBERTURA COMPLETA DAS CONFERÊNCIAS DE AILTON KRENAK E MAMADOU BA NO SITE DE RADIS.

BOLETIM REVELA INIQUIDADES PROVOCADAS PELO RACISMO AMBIENTAL

A crise climática é uma crise de saúde. Por que isso importa para você? O questionamento introduz as análises presentes no Boletim Informativo Saúde, Raça e Clima 2024, documento de 30 páginas elaborado pelo Centro Brasileiro de Justiça Climática (CBJC), com apoio do Ministério da Saúde, que apresenta contextos, faz provocações, propõe reflexões e “busca discutir o racismo na perspectiva ambiental e climática para a determinação da saúde”.

O boletim também lista conceitos e seus efeitos e sugere soluções para a mitigação dos problemas apontados, que passam pela implementação de ações que busquem a diminuição das desigualdades e reconheçam o racismo como determinante nos danos desiguais dos efeitos das mudanças climáticas nos territórios em que vivem os grupos sociais vulnerabilizados.

“No Brasil, a população negra, os povos indígenas e as comunidades tradicionais têm sofrido, de modo desproporcional, os danos dos modelos econômicos e de desenvolvimento, baseados na exploração dos recursos naturais. Por isso, o racismo ambiental é uma violação de direitos humanos”, lê-se no texto, ao apresentar o conceito de racismo ambiental (*Radis* 257) e como ele afeta a saúde.

RACISMO AMBIENTAL

De acordo com o boletim, “o racismo ambiental está representado por injustiças sociais e ambientais que se conformam nos territórios e recaem de forma desproporcional sobre grupos étnicos expostos e impactados ao longo de processos históricos, políticos e econômicos de uma sociedade”.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sustentam as afirmações. Segundo o Censo Demográfico de 2022, quase 92% das pessoas amarelas e 83,5% das brancas afirmam ter acesso às redes de serviços de saneamento básico e instalações sanitárias nos domicílios. Ao contrário, entre a população preta, parda e indígena esses índices são, respectivamente, de 75%, 68,9% e 29,9%, destaca a publicação.

Já o Atlas de Saneamento do IBGE, de 2021, revela que 43% dos brasileiros vivem em cidades sem rede de tratamento de esgoto, enquanto o último censo demonstra que a região Norte tem a menor cobertura de saneamento básico adequado no país: 46%, cerca de 20% a menos da média nacional.

“Quando analisado pelo quesito raça/cor, estes dados escancaram o racismo ambiental. As regiões Norte e Nordeste, que formam a maior densidade populacional autodeclarada negra e indígena, são o epicentro dos maiores conflitos ambientais e de disputas envolvendo terra, acesso à água e insegurança alimentar e nutricional”, avalia o boletim.

O Atlas registra ainda que a falta de saneamento no Brasil foi responsável pela morte de pelo menos 135 mil pessoas entre 2018 e 2019, uma média de 11,2 mil ao ano; ao mesmo tempo, dados do IBGE demonstram que de cada dez habitantes brasileiros que residem em moradias precárias, sete são negros (pretos e pardos) ou indígenas.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

O Boletim Informativo Saúde, Raça e Clima 2024 destaca ainda que as soluções para as mudanças climáticas vêm de dentro das comunidades e dos territórios e de suas tecnologias sociais. Aponta ainda possíveis caminhos por meio da implementação de políticas públicas que considerem as demandas da sociedade civil organizada, mas sem isentar o poder público de suas responsabilidades.

“É preciso abertura para articulação política que faça da capacidade institucional dos governos instrumentos de ação para que o peso da responsabilidade das mitigações climáticas não seja destinado aos atores sociais locais”, diz o texto.

O documento também afirma ser necessário que os governos priorizem o saneamento para todos e o acesso à água tratada e regular, tanto nas periferias como nos grandes centros, além das comunidades rurais dos municípios de médio e pequeno porte, para alcance e cobertura universal.



Pescador quilombola joga rede no rio
São Francisco, no Quilombo Lapinha

Defende ainda a ampliação de acesso a serviços de saúde e de promoção de educação em saúde — visando ao enfrentamento de doenças relacionadas às mudanças climáticas, como as respiratórias e transmitidas por vetores — bem como a uma alimentação adequada e saudável; moradias dignas e seguras e proteção ambiental.

URBANIZAÇÃO E AGROTÓXICOS

Outro agravante para os problemas socioambientais e desastres climáticos cada vez mais frequentes, apontado pelo boletim do CBJC, é o crescimento desordenado de grandes cidades, com a intensificação do processo de urbanização, o que promove aumento populacional sem planejamento e, portanto, com baixa cobertura dos serviços públicos. Nesse cenário, afirma o texto, “as mudanças climáticas amplificam os problemas preexistentes”, como exposição à poluição e vulnerabilidade aos eventos climáticos extremos.

O excesso de agrotóxicos, amplamente utilizados nas zonas rurais, em países cuja economia depende da exportação de produção agrícola, também é mencionado: “51% de todo agrotóxico utilizado no mundo em 2020 foi aplicado na América Latina. No Brasil, cerca de 15.549 pessoas foram intoxicadas por agrotóxicos, entre 2019 e 2022, e 439 morreram”, relata o documento, que lista ainda os danos causados pelos pesticidas ao meio ambiente: “Os impactos nos ecossistemas estão na contaminação dos solos, águas, afetando a capacidade de resiliência da biodiversidade e causando mortandade de organismos, como insetos polinizadores e peixes”. 

■ SAIBA MAIS:

BAIXE E LEIA A ÍNTEGRA DO BOLETIM EM
[HTTPS://BIT.LY/BOLETIMSAUDERAÆCLIMA](https://bit.ly/boletimsauderaeclima)

O LEGADO JOÃO ROBERTO RIPPER

A preservação e a digitalização de 50 anos de registros humanitários

IZABELLY NUNES*

O Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Icict/Fiocruz) apresentou, no dia 10 de dezembro de 2024, o projeto de preservação do acervo fotográfico de João Roberto Ripper, renomado fotógrafo humanista. Aos 71 anos, com meio século dedicado à documentação de diversas realidades brasileiras, Ripper defende um olhar humanitário, intimista e sincero em sua fotografia, destacando a singularidade e a peculiaridade de cada pessoa que retrata.

Seus registros, focados na defesa dos direitos humanos e na preservação da memória brasileira, foram celebrados, não por acaso, na data que marca o Dia Internacional dos Direitos Humanos, com o evento Direitos Humanos em Imagens: apresentação do projeto Preservação, acesso e disseminação do acervo fotográfico João Roberto Ripper, conduzido pelo Icict.

Durante o evento, Ripper compartilhou histórias sensíveis e únicas por trás de suas imagens. Ele revelou contextos que apenas fotos isoladas por vezes não dão conta de transmitir integralmente, trazendo ainda mais profundidade e reflexão sobre as obras. “Vale a pena ser fotógrafo, se você fotografar com amor”, afirmou o artista, ao destacar o respeito e a atenção dedicados a cada uma das pessoas retratadas em seu trabalho.

Seu discurso, marcado por lucidez e memória, reforça o compromisso com uma fotografia que humaniza e dá voz aos invisibilizados. “Ripper se coloca como um aliado dos povos injustiçados em todo o país, empregando seu



ADO DE RTO RIPPER

do acervo do fotógrafo celebram
e a defesa da memória brasileira

trabalho para destacar a beleza e a dignidade das pessoas que registra em suas imagens”, destaca um trecho do texto de apresentação do acervo, no banco de imagens da Fiocruz.

As obras de Ripper são atravessadas por uma visão ampliada de saúde. Além da documentação de adversidades, como violência e trabalho análogo à escravidão, observados ao redor do Brasil, suas lentes também capturam momentos de amor e afeto entre famílias, casais e amigos, mesmo nesses cenários de vulnerabilidade.

“O Estado em si não é nada, ele só existe por causa das pessoas”, disse o fotógrafo, resumindo a essência de seu trabalho: uma narrativa visual que busca dignificar as experiências humanas em todas as suas complexidades. Ripper destaca que o afeto entre pessoas pobres raramente é registrado e que busca trazer à tona a beleza dessas relações, sem desviar o foco das dores que as atravessam.

Algumas de suas fotografias também ajudaram a narrar a reportagem sobre direitos humanos, mudança climática e saúde, desta edição (páginas 20 a 27). As imagens de João Roberto Ripper ilustram contextos, realidades e povos retratados no texto assinado por Adriano De Lavor e Glauber Tiburtino.

O acervo de Ripper, agora disponível em acesso aberto na plataforma Fiocruz Imagens, é composto por 76 fotos digitalizadas e representa uma ferramenta valiosa para pesquisa e educação. Mais do que um arquivo histórico, o legado de João Roberto Ripper torna-se uma inspiração para a construção de narrativas que humanizam e promovem a reflexão sobre a sociedade brasileira. A preservação desse trabalho é essencial para a discussão a respeito da luta pelos direitos humanos. 

■ ESTÁGIO SUPERVISIONADO

SERVIÇO

* **Galeria Acervo João Roberto Ripper**
(Fiocruz Imagens)

* **Link para acesso:**
<https://bit.ly/acervoripperfiocruz>

As fotografias do acervo só poderão ser usadas para fins jornalísticos, informativos, educativos, artísticos e em campanhas humanitárias.



APS DIGITAL

Cada vez mais comum, uso de tecnologias de informação e comunicação no SUS podem auxiliar na promoção de saúde na atenção primária

LARA SOUZA

O que esperar do Sistema Único de Saúde (SUS) na era da digitalização e informatização? Um SUS cada vez mais tecnológico: esse é o desafio atual, de acordo com discussões desenvolvidas na série de webinários “Transformação Digital na Saúde Pública”, promovidos pelo Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antonio Ivo de Carvalho (CEE/Fiocruz). O terceiro e último evento, realizado no dia 5 de dezembro de 2024, teve como tema “As tecnologias digitais na atenção primária à saúde: Desafios e estratégias para o Sistema Único de Saúde”.

Tudo o que está atrelado ao “tech” pode parecer distante, em um futuro ainda impalpável, como as discussões sobre robótica ou inteligência artificial. Contudo, no SUS, mudanças profundas promovidas pela inovação digital já estão acontecendo. Esse processo foi acelerado após a pandemia de covid-19, com o uso das tecnologias digitais sendo implementadas em larga escala, principalmente na atenção primária à saúde (APS).

OS SERVIÇOS DE SAÚDE NO MUNDO DIGITAL

Atualmente, 90% da população brasileira já teve acesso à internet, segundo dados da pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nos domicílios rurais e urbanos do Brasil, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic). Com o avanço do acesso ao mundo digital por parte da população, o campo da saúde e, principalmente, o SUS não poderiam estar desalinhados com essa realidade do século 21.

A mesma pesquisa indicou que os serviços de saúde, como agendamento de consultas médicas, solicitação de remédios e outros, são os mais utilizados pelos usuários na busca digital. A saúde aparece à frente de outras áreas, como educação, transporte ou emissão de documentos, indicando que — ainda que muito distante do ideal — a população brasileira já utiliza as TICs para ter acesso aos atendimentos de saúde.

Virgínia Fava, pesquisadora do CEE/Fiocruz, psicóloga e doutora em Ciências do Comportamento, ressaltou, durante o webinar, que, na atenção primária do SUS, são aplicadas tecnologias que impactam nos atendimentos, como softwares com design intuitivo e integrado aos processos de trabalho, além da formação digital de profissionais de saúde e de novos modelos de financiamento e reembolso, segundo dados da pesquisa em

Saúde Digital no Laboratório de Sistemas Inteligentes de Apoio à Decisão (IDeaS) da Universidade Nova de Lisboa.

Contudo, não é possível dizer que a APS está informatizada de forma homogênea em todo o Brasil, como lembraram os participantes do webinar. Existem ainda muitos desafios para a implantação de ferramentas digitais, principalmente considerando um país de tamanho continental e as desigualdades sociais.

DESAFIOS DA TELESSAÚDE

Dentro do grande ‘guarda-chuva’ da saúde digital [Leia mais no quadro], algumas ações já ocorrem em larga escala no SUS, em especial na atenção básica. “O Brasil já tem uma estratégia de saúde digital desde 2013, seguindo um pouco essa perspectiva global da Organização Mundial da Saúde (OMS)”, ressaltou Alaneir dos Santos, coordenadora dos Núcleos de Telessaúde da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), durante o webinar, informando que no Brasil os atendimentos por meio da telemedicina estão mais avançados no setor público do que no privado.

O Programa SUS Digital foi instituído em abril de 2024, por meio da portaria do Ministério da Saúde nº 3.232, com o objetivo de ampliar o acesso da população aos serviços e ações de saúde, com abordagem multidisciplinar entre tecnologia, informação e saúde. Desde então, as ações na APS estão sendo intensificadas para cumprir a meta de digitalização do acesso à saúde em todo o país.

Um indicador da digitalização da saúde, no SUS, são os Núcleos de Telessaúde (NT), que consistem em centros de teleatendimento com equipes clínicas. Segundo dados do Ministério da Saúde, atualmente existem 24 NTs no país e, segundo Alaneir, 20 desses núcleos têm foco na APS. A pesquisadora considera essa uma importante ferramenta para o atendimento, contribuindo inclusive para a redução de filas por especialidade no SUS. “Com as teleconsultorias, que são as discussões de casos com médicos de família e especialistas, nós conseguimos manter o paciente na atenção primária”, relatou.

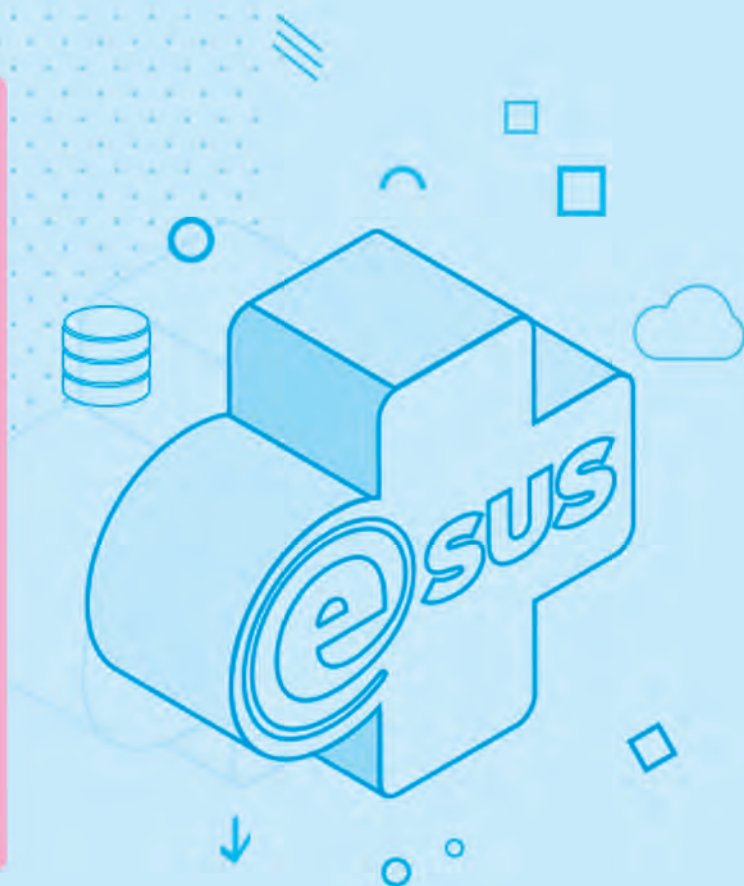
Ela também afirmou que a teleconsultoria auxilia no acompanhamento de saúde de populações vulnerabilizadas, a exemplo de mulheres indígenas grávidas que vivem em seus territórios, assim como crianças indígenas. “Temos esse esforço de levar a telessaúde para as regiões mais vulneráveis”, completou Alaneir.

O QUE É SAÚDE DIGITAL?

Ainda que recente, este é um ramo que reúne conhecimentos da informática médica e uso de tecnologias digitais, como dispositivos, aplicativos, softwares e aplicações em saúde. Engloba uma variedade de recursos e inovações para melhorar o cuidado à saúde, a gestão de doenças e a promoção do bem-estar em larga escala.

Esse campo é amplo e já tem várias tecnologias em uso, como, por exemplo, a telemedicina; os aplicativos que ajudam usuários a monitorar a pressão arterial, atividade física, dietas e afins; o armazenamento e compartilhamento de dados em sistemas de gestão e nuvens; a inteligência artificial analisando grandes volumes de dados de pacientes para melhoria do acompanhamento e diagnóstico; e os dispositivos como relógios e pulseiras inteligentes que monitoram indicadores de saúde, como a frequência cardíaca e a qualidade do sono.

Fonte: CEE/Fiocruz.



Nas informações preliminares do Ministério da Saúde, em 2024, segundo a pesquisadora da UFMG, apenas 65% das Unidades Básicas de Saúde possuem acesso à internet de forma plena e adequada para as atividades que precisam ser executadas. Esse é um dos desafios encontrados para a implantação da telessaúde, além de preocupações referentes à proteção de dados e discussões sobre a qualidade do atendimento, falta de equipamentos, integração ao acompanhamento digital, aceitação dos usuários, entre outros.

O objetivo da implantação da telessaúde no SUS, de acordo com Alaneir, é possibilitar otimizar recursos e diminuir as desigualdades, ampliando o acesso à saúde.

SUS NA PALMA DA MÃO

Em 2024, outra inovação lançada pelo Ministério da Saúde foi a versão 5.3 do Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC). A novidade é que, até então, o prontuário estava somente na unidade em que o usuário fazia o seu atendimento. Agora, passa a estar disponível em qualquer ponto da rede em todo o Brasil.

O programa, lançado em 2018, foi iniciado em meio a cortes orçamentários e precisou de financiamento complementar na APS (Radis 185), a exemplo do Programa Informatiza APS — que investiu em tecnologia e informatização para expandir o e-SUS APS. “Esse tema da saúde digital tem se mantido como prioridade, apesar dos diferentes modelos de gestão [dos governos]”, ressalta à *Radis* Rodrigo Gaete, coordenador-geral de Inovação e Aceleração Digital da Atenção Primária do Ministério da Saúde (Saps/MS). Segundo ele, é uma plataforma complexa e amplamente utilizada, tendo o título de maior prontuário eletrônico da América Latina.

O PEC é vinculado ao aplicativo Meu SUS Digital, no qual os usuários podem acessar conteúdos e programas, como o de Dignidade Menstrual e de Medicamentos. O aplicativo ganhou uma projeção maior após a pandemia de covid-19 por possibilitar a comprovação de vacinação de maneira prática: a carteira nacional de vacinação e o certificado de vacinação nacional de covid-19 estão disponíveis no app de maneira oficial. Agora, na aba “Atendimentos” são registradas as consultas na APS, assim como o usuário também pode acessar exames e regulações para especialidades ou outros procedimentos.

A estratégia do e-SUS APS não está centrada somente em um único app ou plataforma. Além do Meu SUS Digital, outros aplicativos também são importantes para melhorar a acessibilidade, como o e-SUS Território; o e-SUS Atenção Domiciliar (AD); o e-SUS Vacinação; o Gestão e-SUS APS Municipal e o e-SUS Atividade Coletiva. “É um conjunto de elementos que estão sendo incorporados na atenção primária”, comenta Gaete sobre as inovações implementadas nos últimos anos.

Setenta e seis por cento dos municípios brasileiros e 60% das equipes da APS já utilizam o PEC. São números que demonstram que, embora ainda exista um longo caminho a ser percorrido para a inclusão de todo o país, avanços já podem ser percebidos. Quanto à estratégia e-SUS Ampliado, sobre municípios que utilizam todas as ferramentas, o número chega a 1.079.

Segundo os dados cadastrados pelos profissionais da APS nas plataformas, 35,5 milhões de atendimentos são realizados por mês, o equivalente a 1,48 milhão de pessoas por dia. Com esses dados também é possível obter mais informações para a formulação de novas estratégias e adoção de métricas.



SAÚDE NO TERRITÓRIO

Pegando apenas o recorte do app e-SUS Território, que é utilizado como ferramenta no trabalho da Estratégia Saúde da Família (ESF), a aplicação já teve mais de 800 mil downloads. Atualmente, cerca de 87% das visitas domiciliares realizadas no Brasil são informadas para os usuários no app e registradas pelos agentes comunitários de saúde (ACS). Por mês são contabilizadas 58 milhões de visitas, de acordo com dados apresentados por Rodrigo Gaete no webinar.

O desenvolvimento de diversas soluções digitais de maneira integrada reduz a necessidade de registrar informações similares em diversos instrumentos. Por exemplo, o ACS pode anotar o acompanhamento do atendimento aos usuários em um smartphone ou tablet e vincular tais informações ao cadastro daquela pessoa no sistema, disponibilizando-as para acesso da equipe multidisciplinar.

Essas novas tecnologias também têm incorporado outros processos de forma interseccional, como dados do Programa Bolsa Família que, agora, estão integrados ao PEC, para que o atendimento a essas pessoas seja mais qualificado. Também estão sendo incorporados dados da saúde indígena, para melhorar o acompanhamento nos territórios.

CONHEÇA ALGUNS APPS DO SUS

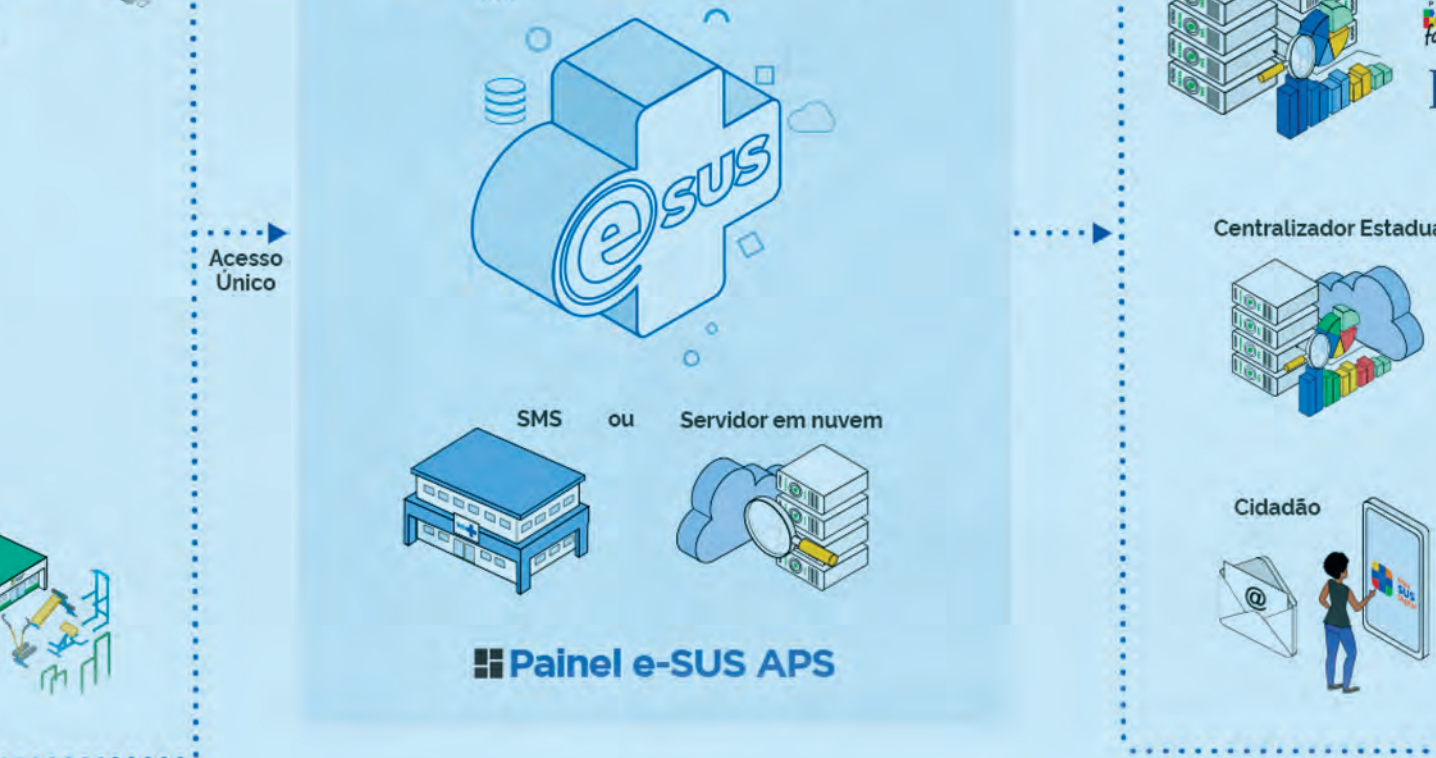
- ✱ **Meu SUS Digital:** App disponível para que usuários possam acompanhar histórico clínico, vacinação, resultado de exames, medicações, posição em filas e outros serviços.
- ✱ **e-SUS Território:** App com o objetivo de facilitar o registro do trabalho dos ACS durante visitas domiciliares.
- ✱ **e-SUS Atenção Domiciliar (AD):** App para uso exclusivo no serviço de AD (Melhor em Casa) para registro de informações clínicas que serão integradas ao PEC.
- ✱ **e-SUS Vacinação:** App para auxiliar o profissional de saúde no registro de imunizações em campanhas vacinais.
- ✱ **Gestão e-SUS APS Municipal:** App para uso exclusivo de gestores da APS que utilizam o sistema e-SUS APS com o PEC, otimizando a rotina de análise de dados produzidos nos atendimentos.
- ✱ **e-SUS Atividade Coletiva:** App que visa facilitar o trabalho de equipes da APS no registro de ações coletivas em saúde.

Fonte: Ministério da Saúde.

ENTENDA ALGUNS TERMOS DA TELESSAÚDE

- ✱ **Teleconsultoria:** Consultas com profissionais de saúde realizadas por meio de teleconferência de forma síncrona ou por meio de troca de mensagens de maneira assíncrona.
- ✱ **Teletriagem:** Interação remota entre profissional de saúde e paciente para determinar a prioridade de atendimento com base na gravidade do caso.
- ✱ **Telediagnóstico:** Serviço que utiliza tecnologias da informação para apoio remoto ao diagnóstico.
- ✱ **Telemonitoramento:** Interação remota de acompanhamento e monitoramento clínico do paciente, realizado sob supervisão de profissional de saúde.
- ✱ **Teleinterconsulta:** Troca entre profissionais de saúde por meio de interação remota para debater casos, auxílio no diagnóstico e facilitando a atuação interprofissional.
- ✱ **Telerregulação:** Atividades de organização e gerenciamento do acesso às ações de saúde, diminuindo filas e reduzindo tempo de espera.
- ✱ **Teleducação:** Atividade educacional ou de capacitação por meio de tecnologias como videoconferências, videoaulas, fóruns, plataformas de ensino, entre outras.

Fonte: Ministério da Saúde — Manual Instrutivo do Programa SUS Digital, 2024.



INTELIGÊNCIA COOPERATIVA: DIGITALIZAÇÃO DA APS E COVID-19

Quando o assunto são tecnologias a serem incorporadas no dia a dia dos profissionais de saúde no SUS, não é trivial imaginar que essas técnicas e inovações possam ser construídas pela própria comunidade de usuários. Ou então, que as pesquisas experimentais de estudantes sejam colocadas em prática de forma gratuita e democrática. Mas foi o que aconteceu bem no auge da pandemia de covid-19.

Em 2020, surgiu a Plataforma de Inteligência Cooperativa com Atenção Primária à Saúde (Picaps), uma proposta de uso de tecnologias digitais com o objetivo do enfrentamento à covid-19 nos territórios atendidos pelos SUS no Distrito Federal (DF) e algumas regiões próximas. A iniciativa foi um esforço conjunto entre a Fiocruz, a Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Distrito Federal (SES/GDF) e a Universidade de Brasília (UnB).

A perspectiva de uma inteligência que seja construída de forma cooperativa está no objetivo de promover uma saúde pública de precisão, com troca de informações e reforço ao trabalho em equipe na APS. A Picaps é uma plataforma capaz de reunir dados sobre um ecossistema com base nos seguintes fatores: teleorientação, com estrutura de dados para disseminar informações entre equipes; radar de territórios, alimentado pelo saber popular e comunitário; saúde digital, por meio de dispositivos de inovação digital; e inteligência epidemiológica, utilizando a rede da APS.

Durante a aplicação da Picaps na pandemia de covid-19 no DF, várias tecnologias sociais foram desenvolvidas pela população, como máscaras e produtos para desinfecção, trazendo os usuários para o centro das ações de prevenção. A plataforma coleta dados, armazena e ajuda a sistematizá-los, para aprimorar o uso de informações pela população e por profissionais da APS.

Hoje, a Picaps é implementada junto ao Ministério da Saúde, fazendo o mapeamento de áreas de risco de acordo com os indicadores da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU). “Ela surge em 2020 com a perspectiva do enfrentamento à covid-19. Hoje nós já atualizamos essa ideia e ela passa a ser uma estratégia de enfrentamento de crises sanitárias e climáticas”, apontou Wagner Martins, coordenador do Laboratório de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Fiocruz Brasília, durante o webinar.

A Rede Nacional de Radares para Territórios Saudáveis e Sustentáveis alimenta o mapeamento dos territórios a partir dos saberes da população que ali reside e dos profissionais que atuam na área. Os mapas apontam fatores de risco a que a população está exposta, como a falta de acesso à educação e ao saneamento básico, por exemplo. Uma experiência exitosa na saúde digital, desenvolvida em meio a uma crise sanitária e no coração do SUS.



PARIS DOS MIGRANTES

Uma Paris desconhecida, diferente do que mostram os cartões postais, é cenário de *Stardust*, primeiro romance da escritora franco-camaronesa Léonora Miano (Editora Autêntica). Ao contar a história da jovem migrante Louise, e de sua filha bebê, numa peregrinação por centros de acolhida a estrangeiros, a autora revela cicatrizes da colonização francesa — em contraponto a citações do poeta surrealista Aimé Césaire, nascido no território ultramarino francês da Martinica, e uma importante voz da decolonialidade. A autora constrói uma trama em que a solidão e a busca pela dignidade andam juntas em dormitórios coletivos e pelas ruas de uma cidade de exílio, desconhecida pelos turistas.



VIDAS AO MAR

Dirigido por Filippo Piscopo e Lorena Luciano, o documentário *Caos: Refugiados do Mediterrâneo* (HBO/Max) parte das histórias de Aregai, eritreu preso pelo sistema de imigração da Itália, e de Waal e Doha, casal sírio que viaja da Turquia para a Alemanha com seus quatro filhos, para mostrar o drama vivido por refugiados que se arriscam ao se lançar numa fuga pelo Mar Mediterrâneo em direção a Europa. Contundente e emocionante, a obra humaniza o drama da travessia, que somente em nove meses de 2023, ceifou a vida de mais de 2,5 milhões de pessoas, segundo a agência da ONU para Refugiados (ACNUR).



NO GAME, PELA PAZ

Salaam, a saudação usada para desejar paz, em árabe, também dá nome ao game criado pelo jovem sudanês Lual Mayen, que viveu seus primeiros anos de vida em um campo de refugiados em Uganda. Aos 12 anos, ele ganhou seu primeiro computador, graças aos muitos anos de trabalho da mãe. Aprendeu sozinho inglês e programação, e aos 24, criou o jogo, em que é possível simular situações reais que passam refugiados, despertando a empatia para a causa nos jogadores, assim como é possível ajudar os migrantes financeiramente. É possível saber mais sobre o game em <https://bit.ly/gamepelapaz> e conhecer melhor seu criador, que hoje vive nos Estados Unidos, em sua conta no Instagram (@lualmayen), onde ele é seguido por mais de 26 mil pessoas.

EM CAMPO, EM QUADRINHOS

Quem tem curiosidade de saber como é um campo de refugiados por dentro pode ter uma ideia lendo *A sala de espera da Europa* — Um campo de refugiados (Editora Conrad), da quadrinista Aimée de Jongh. Ela esteve em um campo de refugiados na ilha grega de Lesbos, em 2017, para fazer uma reportagem. Diante do impedimento de usar câmeras, ela desenhou o que viu, durante sete dias. O resultado é um documento único sobre o ambiente e as condições dos refugiados, detalhando pessoas, moradias, lugares de descanso e de refeições. Uma tocante narrativa que sensibiliza a todos para a situação de quem está à espera de entrar na Europa em busca de uma vida melhor.



5 olhares sobre o filme Ainda Estou Aqui



ALILE DARA ONAWALE / DIVULGAÇÃO

“ Não lembro de outro filme que tenha me causado tal impacto ao abordar essa temática. ‘Ainda Estou Aqui’ conseguiu traduzir para o mundo que a ditadura militar brasileira foi um instrumento de promoção da desumanização, tal qual foi o nazismo alemão. Mais do que isso, os sobreviventes da ditadura militar, por meio de sua luta, sobrevivência e experiência, dialogam com o mundo, denunciando investidas totalitárias e projetos políticos autoritários que insistem em querer sequestrar nosso futuro.

Fernando Domingos (12/11/2024, Brasil de Fato Paraíba, Leia: <https://bit.ly/AindaEstouAquiBFPB>) ”

“ O filme Ainda Estou Aqui se destaca não apenas como uma obra cinematográfica emocionante, mas também como uma janela sensível para um tema urgente: o impacto da demência, especialmente da doença de Alzheimer, na vida de pacientes e familiares. Em um país como o Brasil, onde o envelhecimento da população cresce a cada ano, filmes que abordam questões como a perda de autonomia, o esquecimento e o apagamento progressivo da identidade são fundamentais para abrir espaço para o debate e, principalmente, para a conscientização sobre os cuidados e o respeito que os idosos merecem.

Cristiane Beckert (7/11/2024, Mancini Psiquiatria, Leia em: <https://bit.ly/AindaEstouAquiMP>) ”

“ A condição de exílio em ‘Ainda Estou Aqui’ se manifesta como uma metáfora para a situação de milhões de pessoas no mundo contemporâneo, forçadas a deixar suas casas em busca de segurança ou melhores oportunidades. Salles não se limita a uma abordagem apenas crítica; ele adota uma perspectiva humanista, onde o exílio é também uma oportunidade para redescobrir a própria identidade. Há, aqui, um paralelo com ‘Nomadland’ (2020) de Chloé Zhao, que também retrata personagens que vivem à margem da sociedade, mas encontram na estrada um espaço de liberdade e reconstrução pessoal.

Hebert Neri (2/9/2024, Observatório do Cinema, Leia em: <https://bit.ly/AindaEstouAquiOC>) ”

“ Após a prisão de Rubens, a filha Eliana, de 15 anos, e Eunice são levadas para depor 1 dia após Rubens ser preso. Era dia 21 de janeiro de 1971. O dia que também seria o da morte de Rubens Paiva. Enquanto encarcerada, as cenas de Eunice são incrivelmente intensas e dolorosas. A dor da incerteza, o medo da morte, a ausência total da mais simples forma de justiça. Tudo isso vemos no corpo, no rosto e nos movimentos de Fernanda Torres. O ritmo às vezes lento do filme é um artifício necessário para conseguirmos digerir — ou pelo menos lidar — com tudo que nos é mostrado. Em certo momento, Eunice nos fala: ‘A tática do desaparecimento é a mais cruel, eles somem com uma pessoa e trazem sofrimento sem fim para todos que a amam.’

Tais Zago (15/11/2024, Café História, Leia: bit.ly/AindaEstouAquiCH) ”

“ Se em Central do Brasil a carga melodramática se impunha e as lágrimas saltavam com facilidade, Ainda Estou Aqui atravessa mais de duas horas deixando o espectador com um nó na garganta, entre a revolta por causa da violência e a admiração pela postura combativa de Eunice. Em tempos de exaltação feminista, não custa lembrar que ela seria uma das tantas mulheres de imenso potencial que, devido ao sistema machista, terminaria escondida no lar se não fosse a reviravolta detonada pela ditadura.

Dirceu Alves Jr. (27/10/2024, Brazil Journal, Leia em: bit.ly/AindaEstouAquiBJ) ”



**Ouv
SUS 136**
Ouvidoria-Geral do SUS

[/minsaude](#)

[/ministeriodasaude](#)

[/MinSaudeBR](#)



Conheça o
atendimento na
sua região em

gov.br/maismedicos

Onde tem Vida tem Mais Médicos

O programa **Mais Médicos** continua transformando a vida de muita gente. Desde a sua retomada, em 2023, passou de 13 mil para 26 mil médicos.

Tudo isso para estar em mais lugares, mais perto de você e da sua família e continuar realizando consultas de rotina, acompanhamento, tratamento, ações para prevenção e muito mais.

Mais de 26 mil médicos e médicas

Mais municípios atendidos = 81,7% de cobertura

Mais pessoas cuidadas

Onde tem Mais Médicos, tem Governo Federal e um Brasil bem cuidado.

SAÚDE É UM DIREITO SEU.



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

